



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

JANEIRO 2021

DIAGNÓSTICO SOBRE O GRAU DE MATURIDADE DO ESTADO EM TERMOS TECNOLÓGICOS E SOBRE A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL



- ▼ PROJETO BRA/19/013 – Programa de Prevenção ao Crime e à
- ▼ Violência de Pernambuco – Produto 3.1

Sumário

Apresentação	3
Introdução sobre Diagnóstico da Informação	5
Apresentação das Secretarias	7
1. Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD	8
A. Sobre a Secretaria	8
B. Dados e Informações Mapeados	10
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	12
D. Tecnologia Disponível	13
E. Diagnóstico da Estrutura da Informação	13
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	14
2. Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG	15
A. Sobre a Secretaria	15
B. Dados e Informações Mapeados	17
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	17
D. Tecnologia Disponível	21
E. Diagnóstico da Informação Disponível.....	21
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	21
3. Secretaria Estadual de Defesa Social - SDS	22
A. Sobre a Secretaria	22
B. Dados e Informações Mapeados	24
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	25
D. Tecnologia Disponível	26
E. Diagnóstico da Informação Disponível.....	27
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	27
4. Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - SJDH	28
A. Sobre a Secretaria	28
B. Dados e Informações Mapeados	30
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	32
D. Tecnologia Disponível	33
E. Diagnóstico da Informação Disponível.....	34
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	35

5. Secretaria Estadual de Educação e Esporte - SEE	36
A. Sobre a Secretaria	36
B. Dados e Informações Mapeados	37
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	38
D. Tecnologia Disponível	39
E. Diagnóstico da Informação Disponível	40
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	41
6. Secretaria Estadual de Saúde - SES	42
A. Sobre a Secretaria	42
B. Dados e Informações Mapeados	43
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	44
D. Tecnologia Disponível	46
E. Diagnóstico da Informação Disponível	46
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	48
7. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ	49
A. Sobre a Secretaria	49
B. Dados e Informações Mapeados	51
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	52
D. Tecnologia Disponível	52
E. Diagnóstico da Informação Disponível	53
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	53
8. Secretaria Estadual da Mulher - SecMulher	54
A. Sobre a Secretaria	54
B. Dados e Informações Mapeados	56
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações.....	57
D. Tecnologia Disponível	58
E. Diagnóstico da Informação Disponível	59
F. Como esta Secretaria agregará no Observatório	59
Caminhos possíveis para construção do Observatório	60

Apresentação

O “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco” tem como objetivo desenvolver conhecimentos e metodologias inovadoras, bem como ações-piloto voltadas ao fortalecimento da prevenção social ao crime e à violência no estado de Pernambuco, dando ênfase à promoção de espaços urbanos de qualidade e à integração da população mais vulnerável a esses espaços.

No âmbito desse programa, o Instituto Igarapé realiza a assessoria técnica, a partir da realização de um mapeamento de práticas promissoras na área de prevenção social ao crime e à violência, bem como da proposição de metodologia e estrutura para a implantação de um Observatório de Prevenção à Violência para o estado. Para isso, serão entregues seis produtos ao longo de 12 meses.

O presente documento, intitulado como PRODUTO 3.1. Diagnóstico sobre o Grau de Maturidade do Estado em Termos Tecnológicos e sobre a Informação Disponível, apresenta quais são as informações produzidas pelo estado de Pernambuco em suas diferentes Secretarias e qual a estrutura tecnológica existente para produzir essas informações.

O princípio norteador desse trabalho é que a prevenção da violência só se torna efetiva com a construção de uma rede ampla de políticas públicas elaborada e implementada por diferentes atores. Para construí-la, os atores envolvidos precisam interagir e compreender o problema que pretendem reduzir, a partir de uma visão ampla sobre ele. Portanto, o compartilhamento de dados produzidos separadamente por cada um dos atores, a possibilidade de realizar a interlocução entre esses dados e, por fim, a sistematização das informações para gerar melhor leitura sobre os desafios colocados é de fundamental importância para iniciar um trabalho conjunto qualificado.

Para unificar essa informação em um único Observatório de Prevenção à Violência, o primeiro passo é entender como essa informação é produzida e qual a infraestrutura de dados existente em cada área. Para isso, foi necessária uma grande imersão da equipe do Instituto Igarapé em diferentes Secretarias do Estado. Neste primeiro momento, foram escolhidas oito secretarias:

- 1) Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à violência e às Drogas - SPVD;
- 2) Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAG;
- 3) Secretaria Estadual de Defesa Social - SDS;
- 4) Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - SJDH;
- 5) Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ;
- 6) Secretaria Estadual de Educação e Esportes - SEE;
- 7) Secretaria Estadual de Saúde – SES;
- 8) Secretaria Estadual da Mulher - SecMulher.

Para realizar o mapeamento da informação e entender como os dados estão estruturados, como são realizadas as coletas e tratamento dos dados, quem são os responsáveis pela gestão dos dados e como se dão os fluxos de informação foram realizadas inúmeras reuniões com a equipe técnica de cada uma das pastas citadas acima.

Mais especificamente, realizaram-se 6 (seis) reuniões com a equipe técnica da SPVD, 7 (sete) reuniões com a equipe da SecMulher, 7 (sete) reuniões com a equipe da SDS, 7 (sete) reuniões com a equipe de SEE, 8 (oito) reuniões com a equipe da SJDH, dividida entre as diferentes secretarias executivas, 3 (três) reuniões com a SDSCJ, 5 (cinco) reuniões com a SES, 9 (nove) reuniões com a SEPLAG, dividida entre os diferentes Núcleos de Gestão por Resultado. Vale destacar que além das reuniões diretas feita com a SPVD e a SEPLAG, a equipe dessas duas secretarias também participou de algumas das reuniões anteriormente citadas para auxiliar na articulação e na solicitação dos bancos de dados.¹

Nessas reuniões foi questionado quais são as fontes de dados existentes, quais são os formatos delas (se são sistemas, planilhas excel, documento word, etc.), quem são as pessoas responsáveis por criar o dado, quem são os responsáveis por alterar o dado, quem pode excluir essa informação, se o dado produzido já é utilizado para alguma análise, além de solicitar diretamente um modelo de banco de dados para análise.

A entrega dos dados, mesmo que só um modelo ou um recorte do banco, tinha como objetivo entender melhor como os dados estavam disponibilizados e como as diferentes bases de dados poderiam conversar e

alimentar os indicadores que comporão a proposta de Observatório. Entretanto, essa tarefa não foi simples e precisou da intervenção da SEPLAG muitas vezes para que a tarefa de conseguir uma amostra de dados de cada uma das secretarias fosse alcançada.

Assim, o documento aqui apresentado pretende indicar como a gama de informações já produzidas no estado pode servir a tomada de decisão referente a políticas de prevenção à violência, subsidiando, monitorando e avaliando sua implementação.

1 O processo de mapeamento das informações só foi possível com o auxílio e a parceria da SPVD e da SEPLAG, que dispuseram profissionais de suas equipes para entrar em contato com os diferentes gestores e técnicos e estiveram presentes em muitas reuniões para auxiliar na coleta de dados e informações.

Introdução sobre Diagnóstico da Informação

Para produzir políticas efetivas de prevenção à violência é preciso ter informações que permitam compreender o problema a ser enfrentado, os desafios existentes para enfrentá-lo, os atores envolvidos nesse enfrentamento e as ações que geram resultados. Sem informações robustas, confiáveis e integradas não é possível produzir políticas amplas e nem mesmo entender se o que está sendo implementado está dando certo ou não. A informação é peça central para que os gestores tomem melhores decisões.

No Brasil, boa parte do debate sobre prevenção da violência centra-se em dados produzidos pelos órgãos de segurança pública e justiça criminal que dizem respeito aos crimes registrados. Entretanto, este formato focado apenas nas informações de órgãos de controle há muito tempo tem demonstrado ser insuficiente para subsidiar políticas públicas mais efetivas de prevenção. Portanto, faz-se necessário pensar em novas abordagens sobre as questões que envolvem eventos violentos e criminosos, de forma a utilizar-se também de informações produzidas por outros órgãos que permitam entender a pluralidade de contextos que se desencadeiam nesse problema.

Muito tem sido dito sobre os impactos gerados na prevenção da violência por ações que visem melhorias urbanas, como iluminação e limpeza, assim como pela implementação de medidas para ampliar acesso à educação ou por ter uma equipe de saúde melhor preparada para identificar casos de abuso e violência e acionar uma rede de acolhimento às vítimas. Sendo assim, a prevenção à violência, por ser uma responsabilidade intersetorial ampla, pauta efetivamente as políticas públicas de Segurança e Justiça, como também as de Assistência Social, Saúde e Educação.

Pernambuco é um estado que tem avançado bastante no debate sobre o uso de dados para nortear a política de prevenção à violência. Em maio de 2019, por meio da Lei Nº 16.569, foi instituída a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência, a qual traz no Artigo 4º, como uma das diretrizes da política, a promoção do fortalecimento da produção e da sistematização de dados.

Para isso, também está previsto na referida lei que seja implementado um Observatório Pernambucano de Prevenção Social ao Crime e à Violência, que terá as atribuições:

- a) realizar levantamentos e análises de dados no Estado;
- b) desenvolver pesquisas de prevenção à violência;
- c) monitorar comportamento e evolução dos territórios com atuação orientada por diagnóstico situacional e de vulnerabilidade;
- d) promover a capacitação e formação de servidores públicos estaduais e municipais; e, principalmente,
- e) qualificar o debate com gestores e com a sociedade civil na área de prevenção social. Ainda ressalta que cabe ao Observatório Pernambucano de Prevenção Social ao Crime e à Violência, difundir a metodologia, estrutura e resultados apurados.

A aposta consistente de que a prevenção do crime precisa centrar-se em dados e informações produzidos pelas diferentes secretarias estaduais, e que esses precisam interagir entre si, apontou que, antes mesmo de construir o Observatório para agregar todas as informações, era necessário elaborar um diagnóstico sobre o grau de maturidade da informação produzida pelo estado em cada uma dessas frentes.

Dessa forma, busca-se o entendimento sobre como essa informação poderá ser utilizada para alcançar os resultados esperados, e é disso que se trata o presente Produto. A seguir será apresentado qual o tipo de informação existente em cada uma das secretarias selecionadas, qual sua formatação, precisão e confiabilidade, se existe alguma tecnologia sendo utilizada para auxiliar no armazenamento e manipulação dos dados e qual a equipe envolvida nesses processos. Além disso, também serão apontadas dificuldades e desafios existentes e que precisam de atenção dos gestores. Espera-se, ao final, conseguir oferecer caminhos para unir os diferentes bancos de dados, produzindo informações mais qualificadas.

Apresentação das Secretarias

A Lei Nº 16.569, que institui a Política de Prevenção à Violência do Estado de Pernambuco, destaca que para ser efetiva, a prevenção precisa ser pensada a partir da promoção de ações integradas de políticas públicas nos territórios de maior incidência criminal, tendo como foco prioritário a atenção a grupos e segmentos sociais mais vulneráveis, como forma de superar as vulnerabilidades indutoras da violência e da criminalidade.

Para isso, a primeira definição importante a ser feita é sobre quais órgãos precisam estar integrados, auxiliando na definição das vulnerabilidades indutoras de violência e criminalidade e apontando quais os segmentos sociais que precisam estar no foco da política implementada. Para além das polícias e da Secretaria de Defesa Social, amplamente

utilizados quando o tema a ser debatido é a violência, o estado precisa passar a utilizar com mais veemência outros atores poderosos e eficazes presentes em sua estrutura. Assim, é importante que o governo lance mão de informações de diversas secretarias, se quiser avançar na compreensão sobre a dinâmica da criminalidade e violência, para em seguida focar os recursos existentes nas áreas e populações prioritárias.

Portanto, o ponto central tratado aqui é a apresentação das secretarias que precisam estar presentes na construção de uma política de prevenção. Conforme relatado anteriormente, nesse primeiro esforço de elaboração de um Observatório de Prevenção à Violência, optou-se por incluir oito secretarias que estão mais diretamente relacionadas ao tema:

- 1) **Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à violência e às Drogas - SPVD;**
- 2) **Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAG;**
- 3) **Secretaria Estadual de Defesa Social - SDS;**
- 4) **Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - SJDH;**
- 5) **Secretaria Estadual de Saúde - SES;**
- 6) **Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ;**
- 7) **Secretaria Estadual de Educação e Esportes - SEE;**
- 8) **Secretaria Estadual da Mulher – SecMulher.**

Cada uma delas pode contribuir com informações para a realização de diagnósticos mais adequados sobre as vulnerabilidades territoriais e os grupos prioritários. Espera-se que, trazendo informações produzidas por estas diferentes Secretarias, possamos

apontar também qual é o efeito das dimensões de saúde, educação, assistência social e justiça sobre o indicador de criminalidade e de violência.

1. Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD

A. Sobre a Secretaria

A SPVD foi criada em dezembro de 2018, a partir da Lei estadual nº 16.520 e tem as seguintes responsabilidades:

- 1.1. Articular, planejar, coordenar, controlar, propor, estimular, organizar, gerir e executar as atividades, ações, projetos e programas inseridos na política de prevenção social ao crime e à violência, em articulação com a União e Municípios;
- 1.2. Articular, planejar, coordenar, controlar, propor, estimular e organizar em articulação com as áreas de Segurança Pública e Planejamento e Gestão do Estado, estratégias intersetoriais e intragovernamentais de atuação territorial de promoção e proteção social, com foco prioritário na população de adolescentes, jovens, grupos vulneráveis e universos prioritários;
- 1.3. Planejar, articular, mobilizar e executar políticas de inclusão social e produtiva;
- 1.4. Fomentar a participação efetiva da sociedade e órgãos de controle social, assegurando a participação social;
- 1.5. Formular, coordenar e executar as políticas sobre drogas no Estado de Pernambuco;
- 1.6. Promover ações integradas de atenção, cuidado e reinserção social de usuários e dependentes, em consonância com as diretrizes do sistema único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social;
- 1.7. Desenvolver programas, projetos e ações de prevenção ao uso problemático de drogas;
- 1.8. Mobilizar e apoiar os municípios na construção das políticas setoriais correlatas;

1.9. Articular, planejar, realizar e gerir parcerias junto a organismos e entidades do setor público, privado e não-governamentais;

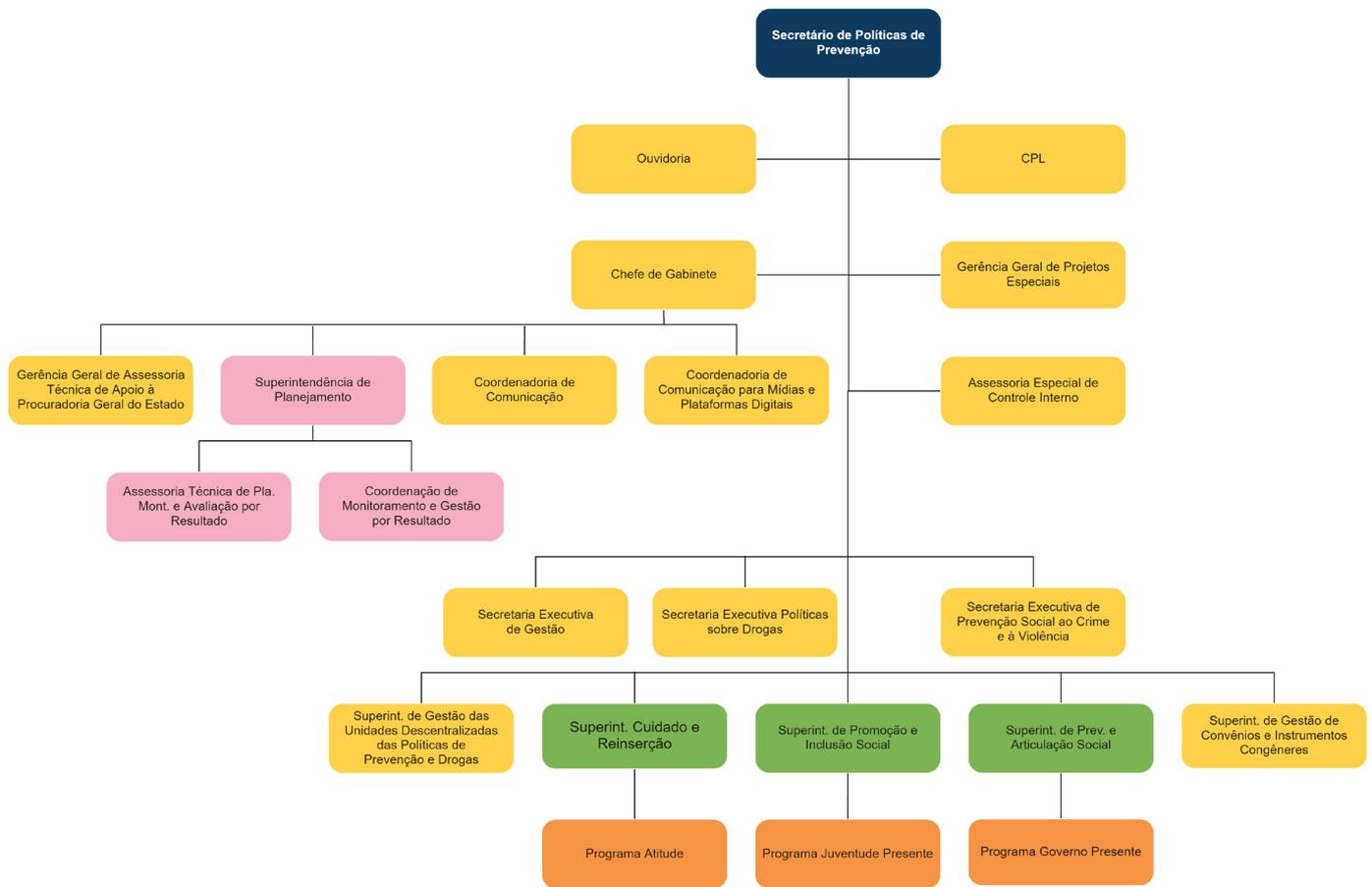
1.10. Estimular e fortalecer o terceiro setor, assegurando a atuação em rede para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

Na Visão de Futuro da SPVD, encontra-se a seguinte referência: “Tornar o Estado de Pernambuco referência, até 2023, na implementação da Política de Prevenção à Violência e às Drogas, contribuindo com a oferta de cuidado e proteção à sociedade”.

Para conseguir cumprir com suas responsabilidades, a SPVD conta com três secretarias executivas, sendo duas delas responsáveis por programas centrais para a Prevenção da Violência: a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas (SEAPOD) e a Secretaria Executiva de Prevenção Social ao Crime e a Violência (SEAPREV). Essas duas Secretarias Executivas mencionadas possuem Banco de Dados próprios e bem específicos, que informam sobre o Universo Prioritário que atendem e aos Territórios Prioritários que focam sua atuação.

O organograma apresentado a seguir, mostra como é a estrutura organizacional da SPVD e em verde estão destacados os setores específicos que produzem informações.

Imagem 1. Organograma dos Dados na estrutura da SPVD



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

A SPDV não possui um sistema de informações estruturado, mas sim bases de dados produzidas por equipes de diferentes programas que são alimentados por meio de cadastros disponíveis em planilhas físicas. A seguir são apresentadas as 15 principais planilhas produzidas e que podem servir para a alimentação de um Observatório de Prevenção à Violência:

B.1. Programa Atitude

- **Cadastro dos Usuários [Google Forms]**

Objetivo: Cadastrar informações iniciais do usuário que participa ou tem a intenção de participar do programa. É organizado através do formulário do forms google, consolidada em planilha eletrônica.

- **Plano Individual de Atendimento - PIA [Google Forms]**

Objetivo: Elabora-se em conjunto com cada usuário um Plano de Acompanhamento Individual - PIA, que permite entender quais eram os objetivos individuais dele quando adentrou ao programa, assim como permite acompanhar quais foram as ações realizadas e a evolução durante sua participação. É alimentado através de planilha eletrônica.

- **Frequência dos usuários [Google Forms]**

Objetivo: Registrar a frequência dos usuários nas diferentes atividades oferecidas pelo programa. Possui quatro tipos de frequência, uma para cada serviço disponível (apoio, intensivo, ANR e aluguel social). É alimentada através de planilha eletrônica.

- **Registro dos Técnicos [Google Forms]**

Objetivo: Controlar as atividades desenvolvidas por cada técnico registrado no programa. É alimentado através de planilha eletrônica.

- **Instrumental de Mapeamento de Território – Atitudes nas Ruas [Google Forms]**

Objetivo: Produzida por técnicos do Programa Atitude que estão atuando nas ruas e que podem mapear quais equipamentos públicos (educação, SUS, SUAS, delegacia, conselho tutelar, centro de referência à mulher), qual a rede informal (associação de moradores, conselho de moradores, igreja e ONG) e quais pontos de atenção (como existência de bares, cenas de uso de drogas, tráfico e prostituição) estão presentes no território. Essas informações qualificam o tipo de intervenção que a equipe pode oferecer em cada local.

- **Planilha de Indicadores [Excel]**

Objetivo: Sistematizar as informações de todos os usuários, assim como das atividades oferecidas, de forma a permitir realizar uma avaliação do impacto do programa.

B.2. Programa Juventude Presente

- **Ficha de pré-inscrição [Documento impresso]**

Objetivo: Cadastrar informações iniciais do jovem que participa ou tem a intenção de participar do programa, referentes a idade, raça, estado civil, se tem filhos, contatos, composição familiar, dados escolares e informações sobre profissionalização.

- **Formulário de Sistematização da Pré-Inscrição [Google Forms]**

Objetivo: Consolidar e sistematizar as informações preenchidas manualmente na Ficha de pré-inscrição em uma planilha eletrônica.

- **Plano de Acompanhamento Individual - PIA [Google Forms]**

Objetivo: Elaborar-se em conjunto com cada jovem um Plano de Acompanhamento Individual - PIA, que permite entender quais eram os objetivos individuais do jovem quando adentrou ao programa, assim como permite acompanhar quais foram as ações realizadas durante sua participação.

- **Planilha de Indicadores [Excel]**

Objetivo: Sistematizar as informações de todos os jovens, de forma a permitir realizar uma avaliação do programa. As informações organizadas são: Mês de Inscrição; AIS; Município; Bairro; Nome do Jovem; Nome da Mãe; Idade; Universo Prioritário; Parceiro; Unidade; Curso; Mês de Matrícula; Mês de Conclusão; Justificativa da Não Inclusão.

- **Quantitativo Regional [Excel]**

Objetivo: Apresentar a informação por região referente a: Número de Jovens Inscritos; Número de Jovens Matriculados; Número de Jovens Matriculados com frequência satisfatória; Número de Jovens que Concluíram o curso; Número de Jovens Certificados; Número de Jovens desistentes

B.3. Programa Governo Presente

- **Planilha Geral de Cadastro de Universo Prioritário [Excel]**

Objetivo: Listar os Universos Prioritários encaminhados pelos órgãos, de maneira que permita a verificação sobre o status do processo de cadastramento, a partir do recebimento até o resultado de cadastrado ou de não cadastrado e por qual motivo. Possui dados básicos e de localização relativos aos Universos Prioritários recebidos dos órgãos, que deverão ser visitados para preenchimento da Ficha Individual de Pactuação e Acompanhamento – FIPA.

- **Ficha Individual de Pactuação e Acompanhamento - FIPA [Word]**

Objetivo: Sistematizar a pactuação realizada junto ao Universo Prioritário sobre as demandas que serão objeto de atendimento no processo de acompanhamento, bem como dos serviços oferecidos durante o acompanhamento, que não foram pactuados inicialmente.

- **FIPA pactuada e supervisão do acompanhamento [Excel]**

Objetivo: Reunir as informações da FIPA em um ambiente que permita a sistematização dos dados para conhecimento do perfil do UP que está sendo acompanhado, da especificação do tipo e magnitude da demanda que precisará ser atendida para encaminhamento e inclusão, do processo de supervisão das visitas de acompanhamento e das movimentações relevantes que compreende a rotina de gerenciamento do processo.

- **Resultado do Acompanhamento [Excel]**

Objetivo: Informar sobre os resultados do processo de acompanhamento, de maneira que permita a sistematização para medição e monitoramento dos indicadores de resultados definidos no Manual de Procedimento do Processo relacionado.

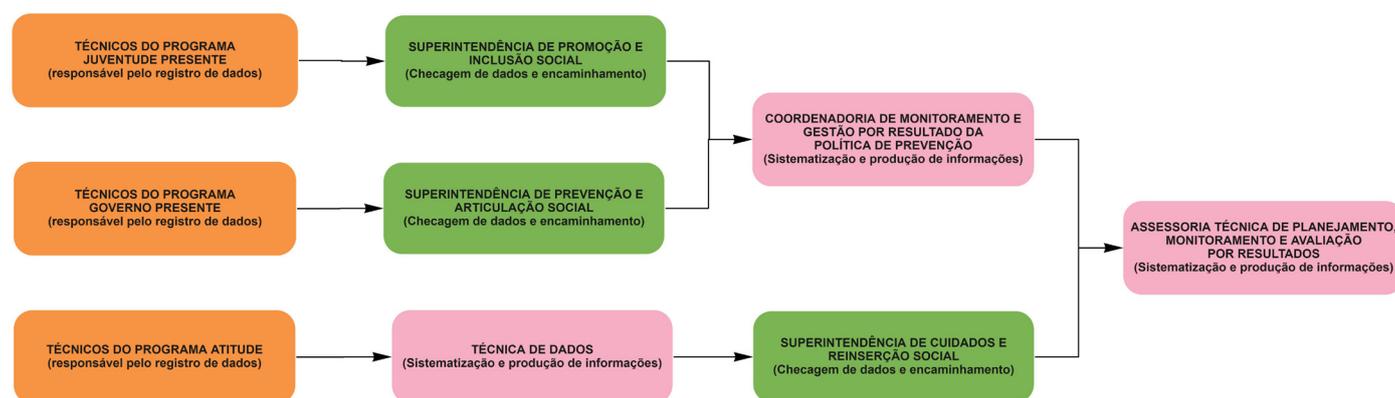
C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

A produção e gestão da informação na SPVD conta com uma Assessoria Técnica de Planejamento, Monitoramento e Avaliação por Resultados, que responde diretamente ao Secretário da SPVD. Esse órgão é responsável pela consolidação dos dados da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas (SEPOD), da

Secretaria Executiva de Articulação e Prevenção Social ao Crime e à Violência (SEAPREV), e da Secretaria Executiva de Gestão (SEGES).

O fluxo de informação da SPVD pode ser mais bem representado pela figura a seguir:

Imagem 2. Fluxo de Informação na SPVD



Legenda:

- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados

Como pode ser visto a partir da imagem, existe a Coordenadoria de Monitoramento e Gestão por Resultado da Política de Prevenção à Violência – COPLAM que assessora a Superintendência de Prevenção e Articulação Social - SUPAS e a Superintendência de Promoção e Inclusão Social - SUPIS consolidando os dados que serão encaminhados para a Assessoria Técnica.

A produção de dados é realizada por técnicos administrativos dos programas, que preenchem os documentos apresentados anteriormente e encaminham para as superintendentes responsáveis validarem e encaminharem para a COPLAM. No caso do programa Juventude Presente os dados são encaminhados para a Superintendência de Promoção e Inclusão Social e no Governo Presente para a Superintendência de Prevenção e Articulação Social.

Já na Superintendência de Cuidado e Reinserção Social - SUCRS, existem formulários que são elaborados em conjunto com um técnico contratado, que não ocupa um cargo do governo. Os responsáveis pelo preenchimento das fichas são assistentes e psicólogos vinculados ao Programa Atitude, que enviam informações diariamente por meio dos formulários do Google Forms que ficam armazenados no Google Drive. Os dados são recebidos, consolidados pela equipe técnica, encaminhados para a Superintendente e, posteriormente, para a Assessoria Técnica de Planejamento, Monitoramento e Avaliação por Resultados.

D. Tecnologia Disponível

Atualmente a secretaria não possui um sistema para cadastrar, organizar e visualizar melhor a informação produzida pelos diferentes programas. No início do ano de 2019, até houve uma iniciativa pontual de criação de um sistema de dados para esse fim por um antigo funcionário. Entretanto, quando este funcionário deixou de participar do quadro da SPVD, perdeu-se o acesso ao sistema.

Atualmente todos os dados e informações da SPVD estão sendo cadastradas e manipuladas em documentos word, excel e planilhas eletrônicas separadas.

* NÃO existe sistema disponível para cadastro, sistematização e visualização da informação para tomada de decisão.

E. Diagnóstico da Estrutura da Informação

A SPVD possui informações tanto sobre os públicos atendidos, quanto sobre os territórios em que atua. A informação produzida está compartimentada por programa e não há a junção de todas essas informações produzidas para poder entender melhor um território específico em que se pretende intervir. Para a alimentação do Observatório é preciso levar em consideração a estruturação de um sistema de integração dos dados produzidos.

Além disso, nas planilhas produzidas não há um tratamento na coluna sobre municípios e bairro, no caso das planilhas sobre usuários também não há uma atenção maior em garantir que o município e bairro de moradia constem no registro. Os bairros dos diferentes municípios são preenchidos de muitas formas diferentes, dificultando que se crie uma chave primária para unir os diferentes bancos existentes na Secretaria. Assim, para conseguir utilizar essas informações em um Observatório que está sendo pensado para qualificar um território, precisará haver um investimento em limpeza, padronização, tratamento e auditoria dos dados.

Outra dificuldade é a pequena equipe de dados, tendo apenas uma pessoa com experiência em organização e manipulação da informação e não havendo ninguém com experiência em atividades e soluções envolvendo programação, banco de dados e redes que atuam para facilitar e agilizar análise e gerenciamento de informações.

Quanto à transparência da informação, é possível notar que a SPVD não tem um canal público de disponibilização das informações produzidas sobre a sua organização e sua área de atuação. Para acessá-las, é preciso entrar em contato com a Secretaria e pedir acesso.

A SPVD também conta com a utilização de informações de outras secretarias, como por exemplo, Secretaria de Defesa Social – SDS para entender sobre as vítimas de homicídios e tentativas de homicídios, assim como da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH para levantar os egressos do sistema prisional que precisam ser acompanhados. Todavia, há uma série de dados que são solicitados para diferentes secretarias que não são disponibilizados, dificultando a análise de informações. A SPVD mantém um catálogo com uma síntese das informações relacionadas à Câmara de Prevenção à Violência com o registro dos tipos de perfis atendidos e dos tipos de atendimentos realizados, entretanto essas informações não são formalmente organizadas.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A SPVD é a secretaria central para a organização do Observatório, pois é quem auxilia na conceituação da estrutura do Observatório, assim como deve ser aquela que prioritariamente consumirá as informações, acompanhará os principais indicadores ligados à prevenção para tomar decisões sobre quais intervenções devem ser colocadas em cada um dos territórios. Adicionalmente fará análise do impacto das intervenções realizadas que servirão de input para revisão do planejamento das ações futuras à prevenção.

Por não possuir uma equipe robusta para sistematização de dados e nem ter acesso a todas as informações importantes para a construção e manutenção do Observatório, seria estratégico a SPVD ficar responsável apenas pelo consumo de dados e não por sua produção. De toda forma, para desenvolver essa atividade, será necessário a destinação e o treinamento de uma equipe específica para conseguir ler as informações produzidas e ser capaz de produzir novos conhecimentos a partir do Observatório que qualifique a forma de atuar do estado.

2. Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG

A. Sobre a Secretaria

A Secretaria de Planejamento e Gestão tem diversas responsabilidades descritas na Lei Nº 16.069, de 15 de junho de 2017. Ao que cabe especificamente à Política de Prevenção estadual, pode-se citar:

2.1 Planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco;

2.2. Coordenar o processo de planejamento governamental, inclusive o plano plurianual;

2.3. Coordenar a descentralização das ações governamentais;

2.4. Coordenar o planejamento regional e metropolitano;

2.5. Coordenar a gestão estratégica do Governo, desenvolver e aperfeiçoar o modelo de gestão e sistematizar o gerenciamento dos projetos estratégicos do Governo do Estado.

Ao que se refere ao desenvolvimento de ações para o fortalecimento das estratégias de prevenção à violência e à criminalidade, pode-se citar a existência dos núcleos de Gestão por Resultado, mais especificamente o NGR - Defesa Social, o NGR - Saúde, o NGR - Educação e a Gerência de Desenvolvimento da Gestão por Resultado. O organograma da estrutura da SEPLAG está apresentado a seguir e a marcação em verde sinaliza quais são os setores de interesse para o presente projeto.

Imagem 3. Organograma dos Dados da SEPLAG



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

A SEPLAG não produz dados próprios, mas faz o acompanhamento de dados produzidos pelas diferentes secretarias que acompanha. Especificamente na Secretaria Executiva de Gestão por Resultado, existem três núcleos que serão importantes para trazer dados que irão compor o Observatório de Prevenção: NGR-Defesa Social, NGR-Educação e NGR-Saúde.

Além disso, a antiga Gerência de Modelo de Gestão por Resultado, atual Núcleo de Gestão por Resultado – Prevenção Social é responsável por fazer o acompanhamento da política de prevenção e é extremamente estratégica para a elaboração e manutenção do Observatório.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

C.1. Gerência de Desenvolvimento de Gestão por Resultado / Núcleo de Gestão por Resultado – Prevenção Social

Entre os Núcleos de Gestão por Resultado, o mais estratégico para a estruturação e acompanhamento do Observatório é o NGR-Prevenção Social. Na Secretaria Executiva de Gestão por Resultados, cada Núcleo de Gestão por Resultado é independente e responde diretamente à Secretaria Executiva. A Gerência de Desenvolvimento de Gestão por Resultados foi substituída no meio do primeiro semestre de 2021 pelo Núcleo de Gestão por Resultado – Prevenção Social.

A equipe desse Núcleo é composta por cinco pessoas, quatro delas responsáveis pelo monitoramento dos dados de quatro Secretarias: Secretaria da Mulher - SecMulher; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ; Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD; Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos – SJDH. A última pessoa consolida os dados de todas elas por meio de um painel, normalmente utilizando a ferramenta Power BI, que permite a visualização dos dados disponibilizados em cada Secretaria. Dessas quatro Secretarias monitoradas, a SecMulher e a SPVD são as que possuem dados melhor estruturados e a SJDH e SDSCJ as que possuem mais dificuldades em organizar os dados produzidos.

O NGR-Prevenção Social faz acompanhamento de indicadores diferentes por cada secretaria acompanhada. A SecMulher é monitorada a partir de dados das campanhas e atividades

realizadas pela própria secretaria e também na execução de programas como Justiça para Mulheres e Punição para Agressores. A SPVD é monitorada na realização das atividades de cada Secretaria Executiva, mas também a partir da Câmara de Prevenção Social. O monitoramento da SJDH concentra-se na Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (SERES) e no Patronato Penitenciário de Pernambuco. Contudo, os dados fornecidos por esses dois órgãos ainda não são satisfatórios. A SERES disponibiliza poucos dados e o Patronato tem enfrentado dificuldades em organizar os dados durante a pandemia da COVID-19, como será apresentado mais detalhadamente na apresentação desta secretaria. Por fim, de forma semelhante, a SDSCJ não possui um monitoramento adequado. Os dados da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) que são acompanhados se referem às notificações de CVLI nas unidades, aos números de reincidência, taxa de ocupação, quantitativo de fugas e rebeliões e de prisões relacionadas aos jovens egressos e em cumprimento de medida em semiliberdade. Não se faz um acompanhamento das atividades realizadas pela vigilância socioassistencial do estado.

C.2. Núcleo de Gestão por Resultado da Segurança – NGR - Defesa Social

O Núcleo de Gestão por Resultado da Defesa Social (NGR-SDS) está fisicamente instalado na Secretaria de Defesa Social (SDS). A função do Núcleo é abastecer os gestores das diferentes Áreas de Interesse de Segurança – AIS com informações, além de realizar visitas in loco para ajudá-los a utilizar as informações produzidas.

A maior parte dos dados utilizados pelo NGR, cerca de 90%, são oriundos da Gerência de Análise Criminal e Estatística – GACE. O NGR tem acesso a todos os bancos de dados produzidos por essa Gerência, mas não tem autorização para divulgá-los. Outros dados utilizados são oriundos da Polícia Civil, do Infopol e também da Polícia Militar, pelo Centro Integrado de Operações da Defesa Social – CIODS. Da Polícia Civil vêm informações sobre inquéritos e investigações e da Polícia Militar são dados de chamados e atendimentos de ocorrências dos mais diversos tipos.

A equipe do Núcleo é formada por dois gerentes supervisores e seis Gestores Governamentais de Planejamento, Orçamento e Gestão (GGPOGs). Destes, quatro são analistas de territórios que lidam mais diretamente com os dados da segurança pública que são produzidos por cada Área Integrada de Segurança - AIS. O estado de Recife é dividido em 26 AIS, sendo 5 delas apenas dentro do município de Recife.

Como exemplo de atuação, pode-se citar que um dos indicadores disponíveis na NGR é o quantitativo de pessoas presas (conduzidas à delegacia). Os servidores analisam diariamente o quantitativo no Infopol, o local do fato, o policial responsável pela prisão (funciona como um indicador de produtividade), qual a lotação do policial e qual o motivo da prisão (natureza). O indicador referente às prisões faz uma comparação por período e traz o quantitativo por cada AIS, além do total do estado. Esse dado foi solicitado para ser acompanhado pelo Observatório, uma vez que há uma

percepção dos gestores da segurança que os presos em flagrante estão entre as principais vítimas de homicídios. Entretanto, esse dado não foi disponibilizado para análise e, por esse motivo, ter a parceria desse NGR na construção do Observatório é fundamental, pois seria possível trazer uma visão mais abrangente sobre o território por uma equipe que já está acostumada a trabalhar com esses dados. A única ressalva é que o território trabalhado aqui é a AIS, um território muito grande quando se fala em prevenção social. De qualquer forma, deve haver muitas informações sobre bairros que poderiam ser agregadas.

Sobre as dificuldades de se trabalhar com os dados da Secretaria de Defesa Social, os gestores apontam as inconsistências de preenchimentos realizadas pelo técnico na ponta. O campo endereço do fato e da vítima nem sempre são preenchidos. Logo, para trabalhar com a melhoria da qualificação do território, isso se torna um problema.

C.3. Núcleo de Gestão por Resultado da Saúde - NGR-SES

O Núcleo de Gestão por Resultados da Saúde (NGR-SES) monitora indicadores oriundos de diferentes sistemas da saúde produzidos pela Secretaria de Saúde, como Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAM, Sistema de Internações Hospitalares - SIH, Sistema de Informações de Atendimentos - SIA, entre outros.

A equipe do NGR-SES é composta por duas gerentes e outros cinco Gestores Governamentais de Planejamento, Orçamento e Gestão (GGPOGs). Destes, três trabalham com dados de monitoramento por regional e municípios e dois com extração, cálculo e publicação de relatórios. Esses dois últimos extraem os bancos de dados da Vigilância e os da Rede de Atenção, tabulam e consolidam todos os dados. Em seguida, esses dados são enviados à responsável pelo sistema Qlikview, para fazer o monitoramento e a validação dos dados e, por fim, gerar relatórios de acompanhamento.

Na prática, há a produção de informações com dados referentes aos hospitais, outro com dados de atendimentos realizados nas Unidades de Pronto Atendimento e atenção primária e um terceiro com dados de mortalidade.

A Saúde é estratégica para pensar a prevenção à violência por ser outra porta de entrada no estado, para além da polícia, onde as informações sobre casos de agressões, mortes e outros tipos de violência chegam. Entretanto, embora as unidades de pronto atendimento e hospitais possuam informações sobre os pacientes e os motivos que os levaram a procurar atendimento, essas informações não chegam ao NGR.

Outra informação que seria de interesse ao Observatório e que é deficitária é o local do fato e o local de moradia da vítima. Como o campo de endereço não costuma ser preenchido, impede-se que seja possível traçar um perfil dos territórios mais violentos. Entretanto, acredita-se que à medida que a implementação do

prontuário eletrônico avançar, com um número único do SUS por usuário, ficará mais fácil obter a informação territorial. Atualmente, é possível traçar com alguma dificuldade um perfil com o endereço de algumas vítimas, filtrando pelo CID de agressão e violência física presentes no diagnóstico principal ou secundário. Por isso, seria estratégico pensar na qualificação da equipe de registro de dados sobre a importância do preenchimento do endereço.

Um modelo interessante que poderia também ser implantado para monitorar casos de violência pelo Observatório é o que já ocorre com o Programa Sentinelas, responsável por monitorar os casos envolvendo acidentes terrestres. A Vigilância Sanitária possui funcionários alocados em 27 hospitais diferentes, que monitoram a notificação desses acidentes, melhorando a informação produzida por cada unidade. do policial e qual o motivo da prisão (natureza). O indicador referente às prisões faz uma comparação por período e traz o quantitativo por cada AIS, além do total do estado. Esse dado foi solicitado para ser acompanhado pelo Observatório, uma vez que há uma percepção dos gestores da segurança que os presos em flagrante estão entre as principais vítimas de homicídios. Entretanto, esse dado não foi disponibilizado para análise e, por esse motivo, ter a parceria desse NGR na construção do Observatório é fundamental, pois seria possível trazer uma visão mais abrangente sobre o território por uma equipe que já está acostumada a trabalhar com esses dados. A única ressalva é que o território trabalhado aqui é a AIS, um território muito grande quando se fala em prevenção social. De qualquer forma, deve haver muitas informações sobre bairros que poderiam ser agregadas.

Sobre as dificuldades de se trabalhar com os dados da Secretaria de Defesa Social, os gestores apontam as inconsistências de preenchimentos realizadas pelo técnico na ponta. O campo endereço do fato e da vítima nem sempre são preenchidos. Logo, para trabalhar com a melhoria da qualificação do território, isso se torna um problema.

C.4. Núcleo de Gestão por Resultado da Educação - NGR-SEE

O Núcleo de Gestão por Resultados da Educação (NGR-SEE) também está instalado fisicamente na Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE). A responsabilidade do Núcleo é acompanhar o Pacto Pela Educação (PPE), implementado em 2011.² O Pacto reúne informações para uma atuação integrada em consonância com a estratégia educacional do estado e o NGR-SEE transforma essas informações em indicadores que visam acompanhar e melhorar a qualidade da Educação.

A equipe da NGR-SEE é composta por dois supervisores e treze Gestores Governamentais de Planejamento, Orçamento e Gestão (GGPOGs) que atuam na elaboração de ferramentas gerenciais e na disseminação de informações que auxiliam na tomada de decisão baseada em evidências. Para isso, cada um acompanha uma Gerência Regional de Educação (GRE), bem como alguns municípios referente aos assuntos relacionados à gestão por resultados. Além desses, a equipe também conta com dois estagiários.

Os indicadores acompanhados referem-se à evolução da aprendizagem dos estudantes da rede estadual, as taxas de aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série, taxa de participação no SAEPE, assim como o perfil de cada escola considerando três áreas de interesse: gestão, professor e aluno. Esses indicadores podem ser observados por escola e também desagregados para alcançar o nível da variável estudante - apenas aqueles diretamente envolvidos no acompanhamento pedagógico. A partir do recolhimento dos indicadores são montados painéis e relatórios que viabilizam a tomada de decisões. São utilizadas as ferramentas Power BI e Qlikview, onde este último permite a emissão de relatórios

individualizados que são encaminhados às escolas e às GREs com atualização bimestral, para os indicadores de processo, e anual para os indicadores finalísticos, de resultado e de contexto.

Desde 2019 os painéis trabalham com foco prioritário de atuação, ou seja, a partir dos indicadores, do acompanhamento das Regionais e de suas escolas, há a definição de estratégias de priorização de acordo com o perfil das escolas e as diretrizes estratégicas definidas.³ Assim, observa-se os dados de proficiência média do ano anterior e matrícula do ano corrente para indicar quais escolas precisam de atenção prioritária da SEE, bem como observar o comportamento delas comparativamente com os resultados da Regional. As escolas que estiverem abaixo da média e com maior número de estudantes são as que serão acompanhadas com foco prioritário pela SEPLAG.

A melhoria na educação é uma estratégia central para gerar melhoria na qualidade de vida e na prevenção à violência envolvendo jovens. Portanto, esse acompanhamento direto de alguns equipamentos pode gerar resultados bastante efetivos se estiver focado também em locais com altos números de registro de violência.

² Política pública que visa ofertar educação pública para todos e de qualidade.

³ PERNAMBUCO. Secretária Executiva de Gestão por Resultados do Governo do Estado de Pernambuco. Manual do Pacto Pela Educação de Pernambuco - PPE, outubro de 2020, p.1

D. Tecnologia Disponível

Os diferentes NGRs trabalham com o sistema QlickView, para manipulação e produção de informação, assim como com o programa PowerBi para gerar visualizações e um melhor acompanhamento dos indicadores estratégicos.

Os painéis com dados consolidados em Power BI são apresentados para o Governador, assim como nas reuniões internas com cada secretaria e nas reuniões das Câmaras Técnicas. Sobre estas últimas, e tendo em mente o Observatório, vale destacar que a Câmara de Prevenção ainda não conta com um painel adequado de informações e nem com a participação ativa dos gestores, podendo ser um espaço importante de melhoria a ser feita com a introdução do Observatório.

* Existe sistema disponível sistematização e visualização da informação para tomada de decisão em diferentes áreas, mas ainda é necessário investir na Prevenção Social.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

Apesar de não produzir dados, os NGRs são responsáveis por fazer acompanhamento de indicadores de cada uma das áreas macro e, para isso, são munidos de muitos dados e informações produzidas pelas diferentes secretarias apresentadas nesse documento.

A equipe entende bastante as limitações e dificuldades contidas nos diferentes dados produzidos e ocupa um papel estratégico para realizar intervenções na melhoria das informações produzidas.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A SEPLAG, na fase de produção desse diagnóstico, foi muito importante como articuladora com as diferentes secretarias envolvidas. Por ter entrada facilitada nas diferentes pastas, por receber as informações necessárias para o Observatório, por entender as dificuldades dos dados e por ter uma equipe mais robusta, especificamente a Secretaria Executiva de Gestão por Resultado poderá ocupar um papel mais ativo na produção e na manutenção do Observatório.

Vale destacar que a equipe da SEPLAG não possui formação específica em dados, mas todos os gestores possuem ensino superior e são pós-graduados em diferentes áreas. Além disso, há uma preocupação da SEPLAG em organizar cursos de formação para esses gestores nas áreas que julga necessárias e, assim, é responsável pela equipe mais qualificada dentro do estado para organizar o Observatório.

O fato de a Secretaria Executiva de Gestão por Resultado ter essa responsabilidade tem como vantagem o fato de haver uma ponte importante entre as políticas já implementadas pelo estado e a elaboração da política articulada de prevenção, além de não haver uma oneração dupla das secretarias finalísticas que já oferecem todas as informações para a SEPLAG.

3. Secretaria Estadual de Defesa Social - SDS

A. Sobre a Secretaria

De acordo com a Lei Complementar Nº 49, de 31 de janeiro de 2003, a Secretaria de Defesa Social tem a responsabilidade de:

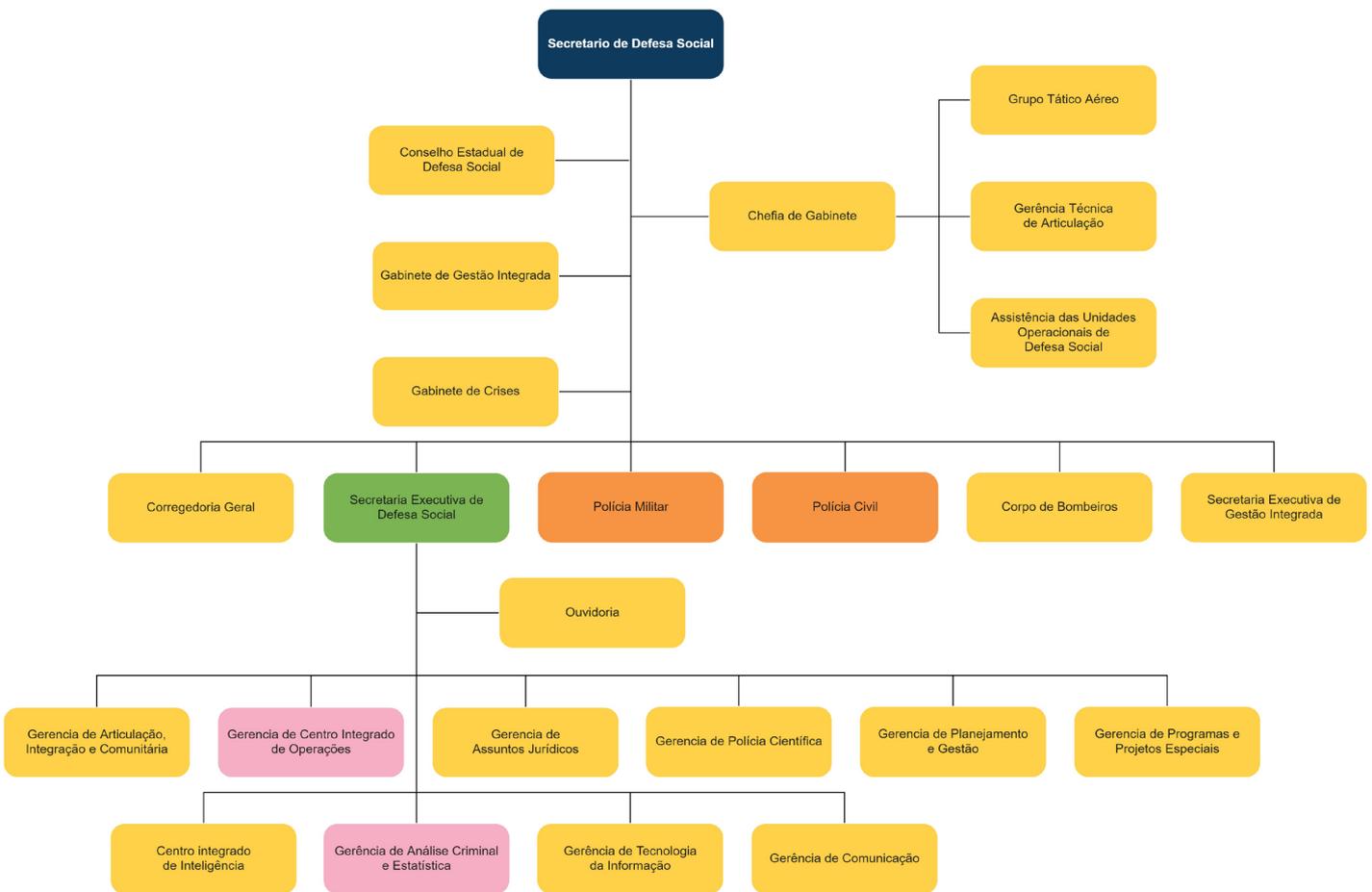
- 3.1. Promover a defesa dos direitos do cidadão e da normalidade social, através dos órgãos e mecanismos de segurança pública;
- 3.2. Integrar as ações do Governo com vistas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio no âmbito do Estado;
- 3.3. Planejar, coordenar e controlar as atividades de polícia ostensiva, de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, prevenção e combate a sinistro;
- 3.4. Ampliar ações de prevenção e repressão à criminalidade e de prevenção e controle de sinistro;
- 3.5. Promover o fortalecimento das ações de repressão qualificada;
- 3.6. Prover a execução das ações de polícia técnica e científica e de medicina legal;
- 3.7. Exercer as atribuições de polícia administrativa e de fiscalização de atividades potencialmente danosas;
- 3.8. Manter a articulação com órgãos competentes para a execução da polícia ostensiva de guarda, de trânsito e do meio ambiente;
- 3.9. Realizar serviços de resgate, busca e salvamento, socorro e atendimento pré-hospitalar emergencial às vítimas de acidentes e calamidades;
- 3.10. Apoiar as ações de defesa civil;

3.11. Assegurar, por atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a execução das políticas públicas de prevenção.

Para cumprir com suas competências, a SDS possui uma ampla estrutura organizacional e com instituições vinculadas, como a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Além disso, referente especificamente a produção e manipulação de dados, a Secretaria possui um órgão específico, chamado Gerência de Análise Criminal e Estatística - GACE, que é responsável por produzir as principais informações utilizadas atualmente para subsidiar a política de prevenção.

O Organograma a seguir permite uma melhor visualização da estrutura organizacional da SDS:

Imagem 4. Organograma dos Dados da SDS



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

Atualmente, a SDS é quem produz os dados que pautam a política de segurança, assim como a de prevenção da violência do estado. Por não ter dados mais bem qualificados sobre as violências e suas vítimas em outras pastas, fica com a Defesa Social toda a responsabilidade por trazer informações presentes nos diagnósticos sobre as vítimas e territórios mais afetados pelos crimes e violências.

A polícia civil registra delitos contra a vida, contra a integridade pessoal, contra a propriedade e contra o Estado. No caso de morte, os policiais acompanham os fiscais no levantamento ou inspeções de cadáveres e coletam dados acerca da vítima, as características da ocorrência, destacando quando e os locais de ocorrência e, em geral, outras informações que podem contribuir para a investigação criminal. No geral, são os primeiros a conhecer os casos de mortes violentas e os delitos de maior impacto.

Já aos registros das lesões pessoais e dos delitos contra a propriedade, que igualmente são de conhecimento da Polícia, só é possível ter acesso quando o fato é reportado, o que acaba acontecendo apenas com os casos mais graves. O restante não chega a ser notificado. Para a construção do Observatório, alguns dados produzidos são de suma importância, como os descritos a seguir:

• Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI

Objetivo: Registrar todos as informações para o acompanhamento das mortes violentas ocorridas no estado para munir os membros do acompanhamento do Pacto pela Vida com informações mais qualificadas para pautar a política pública de segurança e prevenção. Há registro sobre o perfil da vítima, o perfil da ocorrência, com data e local e a motivação do crime. A unidade de análise do banco é ocorrência.

• Tentativa de Crimes Violentos Letais Intencionais – Tentativa de CVLI

Objetivo: Registrar todos as informações para o acompanhamento das tentativas de mortes violentas ocorridas no estado para munir os membros do acompanhamento do Pacto pela Vida com informações mais qualificadas para pautar a política pública de segurança e prevenção. Há registro sobre o perfil da vítima, o perfil da ocorrência, com data e local. A motivação desse crime passou a ser produzida no ano de 2020. A unidade de análise do banco é ocorrência.

• Crimes Contra o Patrimônio – CVP

Objetivo: Acompanhar os diferentes tipos de roubos ocorridos no estado, por perfil da vítima e perfil da ocorrência por data e local. A unidade de análise do banco é ocorrência.

• Apreensões e Prisões Realizadas

Objetivo: Acompanhar as prisões realizadas no estado, indicando perfil dos presos, assim como data, local e natureza do crime. Para além de acompanhar o perfil das prisões realizadas, esse dado também é utilizado para o prêmio de produtividade policial. A unidade de análise do banco é ocorrência.

• Armas Apreendidas

Objetivo: Acompanhar as quantidade e tipo de armas apreendidas no estado, assim como o local onde é feita essa apreensão e informações sobre quem apreendeu a arma. Esse dado também é utilizado para o prêmio de produtividade policial. A unidade de análise do banco é ocorrência.

• Drogas Apreendidas

Objetivo: Acompanhar o volume e o tipo de drogas apreendidas no estado, assim como o local onde é feita essa apreensão. Esse dado também é utilizado para o prêmio de produtividade policial. A unidade de análise do banco é ocorrência.

- **Lesão Corporal Dolosa**

Objetivo: Registros realizados pela polícia civil quando denunciados. Esses dados raramente geram investigação ou acompanhamento, mas podem ser estratégicos para definir um perfil mais amplo sobre os impactos da violência no estado, vítimas em potencial desse tipo de violência e também para traçar a escalada da violência nos diferentes territórios. A unidade de análise do banco é ocorrência.

- **Ameaça**

Objetivo: Registros realizados pela polícia civil quando denunciados. Esses dados raramente geram investigação ou acompanhamento, mas podem ser estratégicos para definir um perfil mais amplo sobre os impactos da violência no estado, vítimas em potencial desse tipo de violência e também para traçar a escalada da violência nos diferentes territórios. A unidade de análise do banco é ocorrência.

- **Violência Contra Mulher / Lei Maria Da Penha**

Objetivo: Registros realizados pela polícia civil quando denunciados. Esses dados raramente geram investigação ou acompanhamento, mas podem ser estratégicos mas definir um perfil mais amplo sobre os impactos da violência no estado, vítimas em potencial desse tipo de violência e também para traçar a escalada da violência nos diferentes territórios. A unidade de análise do banco é ocorrência.

- **CIODS**

Objetivo: Banco produzido a partir dos chamados para atendimento de ocorrência vindos da população através do número 190. Nesse banco também é possível fazer uma análise sobre os atendimentos realizados pela PM. A unidade de análise do sistema é a ocorrência e através dela é possível identificar algumas variáveis como local e data do fato. Mas não é focado em pessoas (seja vítima ou agressor) e para extrair esses dados é preciso checar o descritivo que consta no histórico de cada ocorrência.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

A SDS possui uma equipe própria para trabalhar com dados vindos da Polícia Civil que estão vinculados à GACE. A GACE não é uma gerência de fácil acesso e não foi possível, como foi feito nas outras, fazer um mapeamento adequado do fluxo da informação.

O que foi possível apurar com alguns contatos pontuais foi que o registro da Polícia Civil é feito pelos policiais alocados nas diferentes secretarias, que alimentam o Infopol. São os registros criminais produzidos pela Polícia Civil que alimentam o sistema QlickView e, portanto, a GACE. Além da equipe da GACE, existem

servidores alocados no NGR-Segurança, que são vinculados à GACE e responsáveis por ajudar a monitorar os indicadores chaves para o governo.

Já os dados do CIODS são registrados por uma equipe terceirizada de call center alocadas no sistema de monitoramento. Essa equipe recebe ocorrências por telefone e encaminha para despacho dos profissionais ligados à Secretaria de Defesa Social, que decide sobre o encaminhamento da ocorrência e, se necessário, o despacho de viaturas para o atendimento.

D. Tecnologia Disponível

Desde 2017, a GACE passou a utilizar a ferramenta de inteligência de negócios QlikView, para acompanhar os indicadores de criminalidade e produção policial acompanhados pelo Pacto pela Vida. O painel está disponível online para consulta de alguns atores que compõem o Pacto pela Vida.

O Sistema recebe atualizações diárias, permitindo que haja uma análise dos CVLI, Tentativas de CVLI e CVP por diversas perspectivas: localidade, perfil da vítima, tipologia e motivação criminal. Em observância ao fenômeno da sazonalidade, normalmente os números atuais são comparados com o quantitativo do mesmo período do ano anterior, bem como é possível visualizar os dados por mês, trimestre e ano.

Outro acompanhamento possível é por metas estipuladas para o período vigente. As cores verde, amarela e vermelha, também conhecidas como “cores gerenciais”, ajudam a indicar se determinada AIS, diretoria integrada ou o estado estão atingindo a meta, reduzindo o indicador sem atingir a meta, ou até mesmo aumentando o indicador.

Quanto aos dados de território, os dados referentes aos municípios e bairros nesses três bancos (CVLI, tentativa de CVLI e CVP) recebem tratamento para limpeza e padronização, permitindo que seja feita uma análise por local específico. Entretanto, os outros bancos mencionados no item B não recebem a mesma atenção.

Os dados de registros de outros tipos de violência pela polícia civil, assim como os dados do CIODS, não recebem o mesmo tipo de tratamento e são de mais difícil acesso e manipulação. Além dos três mencionados, só foi ofertado acesso ao banco do CIODS, que não tem tratamento do campo sobre localização. Existem no banco as colunas sobre latitude e longitude, mas essas precisam ser checadas pela viatura quando chegam ao local, o que não acontece com tanta frequência.

Portanto, os dados de localização dos eventos são bastante imprecisos e dependem da descrição dos solicitantes.

- Existe um sistema disponível para cadastro e manipulação da informação que consegue agregar boa parte da informação produzida pela Secretaria referente aos crimes prioritários para o pacto. Entretanto, não são todas as ocorrências que estão inseridas no sistema.
- A informação é disponibilizada a outras secretarias e utilizada quase que exclusivamente para pautar a política de segurança e prevenção da violência.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

Apesar de existir um sistema que contém boa parte dos dados produzidos pela secretaria e que é de fácil manipulação para extrair informações, existem pontos de melhoria a serem realizados. Seria interessante pensar na modernização do Infopol, como por exemplo, adicionar determinados campos como obrigatórios e fechados, como o de endereço, para garantir que seja produzida uma informação com mais qualidade.

Outro ponto de destaque é a ausência de um sistema que seja capaz de abarcar os dados produzidos sobre motivação. A identificação da motivação do crime é primordial para pensar em políticas de prevenção e essa informação ainda é feita em uma planilha Excel à parte. Atualmente até existe um sistema parecido na Polícia Civil, porém ainda não está integrado com os demais dados da secretaria.

Todas as informações contidas no Qlick são produzidas pela Polícia Civil, não existe um sistema parecido para registrar os Boletins de Ocorrências produzidos pela Polícia Militar. Não há diálogo sobre as informações produzidas entre a Polícia Militar e a Polícia Civil para qualificar a informação sobre a violência.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A SDS é uma secretaria importante para participar do Observatório por ser aquela que tem boa parte dos registros de crimes e violências ocorridas no estado. No primeiro momento, as informações sobre CVLI, Tentativa da CVLI, Violência Contra Mulher, Lesão Corporal Dolosa, Estupro, Crime Violento Contra o Patrimônio, assim como informações sobre apreensão de armas e drogas e apreensões e prisões realizadas precisam ser apresentadas pelos diferentes bairros de Pernambuco.

Além disso, o acesso a essas informações é bastante restrito e depende de ampla articulação com a SDS, que não costuma facilitar o trabalho. No site da secretaria, existe a disponibilização de informações referentes a boa parte da informação solicitada: violência contra mulher; apreensão de drogas; apreensão de armas; crimes violentos letais intencionais - CVLI; tentativas de CVLI; lesão corporal dolosa. Entretanto, essa informação é disponibilizada por macrorregiões, o que não permite uma desagregação mais adequada que ajude a subsidiar a criação de uma política de prevenção. Como esse é um dado produzido com mais qualidade pela secretaria, será necessário que a SDS disponibilize o acesso mais desagregado no território e atue em parceria na construção de diagnósticos mais robustos.

Afinal, são esses eventos que se pretendem prevenir e conhecê-los melhor permitirá que sejam desenvolvidas estratégias de ação mais focadas nos problemas que se pretende reduzir.

4. Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - SJDH

A. Sobre a Secretaria

De acordo com a Lei Nº 16.464, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos tem a competência de:

- 4.1. Articular, planejar, coordenar, controlar, propor e executar as atividades múltiplas inseridas na política pública para as áreas de justiça, direitos humanos e promoção da cidadania, com vistas ao desenvolvimento social do Estado e garantia dos direitos fundamentais da pessoa, em especial do Público Prioritário - pessoas idosas, da população indígena, da comunidade de LGBTI, das comunidades tradicionais, no combate da desigualdade racial, social e humana;
- 4.2. Desenvolver políticas de enfrentamento à homofobia; desenvolver políticas públicas e executar ações correlatas de modo a garantir o acesso à justiça e mediação de conflitos;
- 4.3. Promover a política pública de promoção e defesa dos direitos humanos e de cidadania no âmbito do Estado, em articulação com a União e os municípios;
- 4.4. Planejar, apoiar, coordenar e executar a política estadual de amparo e garantia de direitos aos idosos e às pessoas com deficiência;
- 4.5. Coordenar, planejar e executar programas de proteção às pessoas vítimas da violência, familiares, crianças, adolescentes e defensores dos direitos humanos ameaçados de morte;
- 4.6. Desenvolver política de combate à tortura, criando mecanismos de assistência aos anistiados e vítimas;
- 4.7. Controlar e manter em funcionamento o Sistema Penitenciário do Estado, mediante a guarda e administração dos estabelecimentos prisionais, buscando a ressocialização;
- 4.8. Prestar assistência jurídica e social aos apenados e egressos do sistema prisional, assim como aos seus familiares;

4.9. Fiscalizar o cumprimento de regras impostas como condição à liberdade vigiada, ao livramento condicional e ao regime aberto de egressos dos estabelecimentos prisionais;

4.10. Desenvolver política pública estadual de medidas e penas alternativas; promover a proteção ao consumidor; e atuar no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil.

Para executar a competência que lhe é colocada, a SJDH é composta por quatro Secretarias Executivas:

I - Secretaria Executiva de Coordenação e Gestão Geral;

II - Secretaria Executiva de Direitos Humanos – SEDH;

III - Secretaria Executiva de Justiça e Promoção dos Direitos do Consumidor - SEJPDC;

IV - Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES.

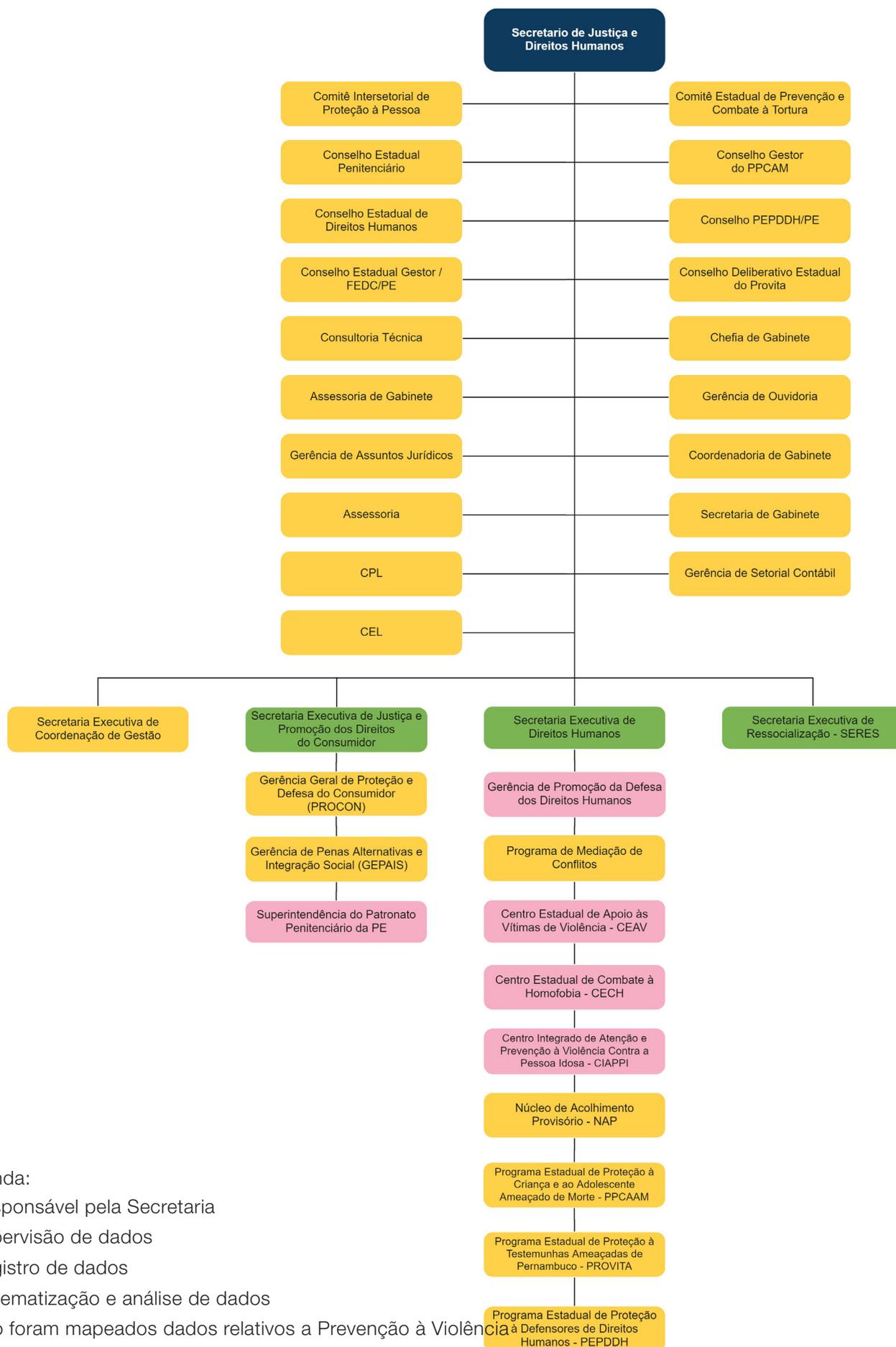
Além disso, conta com o Patronato Penitenciário de Pernambuco, que é um órgão de execução penal, ligado à Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, inserido no Plano Estadual de Segurança Pública “Pacto Pela Vida”, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das regras impostas como condição à liberdade vigiada, ao livramento condicional e ao regime aberto de egressos dos estabelecimentos prisionais, bem como prestar-lhes assistência integral, compreendendo as esferas jurídica, psicológica, social, pedagógica e cultural, com vistas à diminuição da reincidência criminal.

Os dados disponíveis na SJDH estão disponíveis por secretaria executiva, não tendo uma equipe única na secretaria responsável por sistematizar e analisar as informações em conjunto. A disponibilização de dados é apresentada no

organograma a seguir, que apresenta em verde as secretarias executivas que deverão compor o Observatório, e em rosa os setores específicos que produzem dados. Vale destacar ainda que, das três secretarias executivas, a SEDH e o Patronato foram acessíveis desde o começo do mapeamento

de dados, já com a SERES só foi possível realizar o primeiro contato de sensibilização no final do mapeamento e não houve continuidade no contato, não sendo possível, portanto, mapear a fundo a estrutura de dados e a equipe existente.

Imagem 5. Organograma de Dados da SJDH



Legenda:

● Responsável pela Secretaria

● Supervisão de dados

● Registro de dados

● Sistematização e análise de dados

● Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

A SEPLAG não produz dados próprios, mas faz o acompanhamento de dados produzidos pelas diferentes secretarias que acompanha. Especificamente na Secretaria Executiva de Gestão por Resultado, existem três núcleos que serão importantes para trazer dados que irão compor o Observatório de Prevenção: NGR-Defesa Social, NGR-Educação e NGR-Saúde.

Além disso, a antiga Gerência de Modelo de Gestão por Resultado, atual Núcleo de Gestão por Resultado – Prevenção Social é responsável por fazer o acompanhamento da política de prevenção e é extremamente estratégica para a elaboração e manutenção do Observatório.

B.1. SEDH

Para tratar especificamente sobre vítimas de violência, há três programas estratégicos realizados pela SEDH que precisam fazer parte do acompanhamento, por tratar especificamente de vítimas diretas e indiretas da violência. São eles:

- **Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência - CEAV [Sistema]**

Objetivo: Reunir informações referentes às famílias e às vítimas de violência letal, bem como informações sobre o acompanhamento psicossocial e jurídico às vítimas e aos familiares. Nesse sistema há registro dos dados dos familiares que são inseridos no programa, assim como informações das vítimas. Assim, é possível qualificar melhor as informações sobre vítimas diretas e indiretas da violência letal, bem como acompanhar os efeitos desse evento na vida dos familiares.

- **Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa - CIAPPI [Sistema]**

Objetivo: Reunir informações referentes às pessoas idosas vítimas de violência. É o banco mais completo da SEDH que possui informações completas sobre vítimas e o evento.

- **Centro Estadual de Combate à Homofobia - CECH [Sistema]**

Objetivo: Reunir informações relacionadas ao perfil das vítimas de violência atendidas pelo programa, bem como registrar todos os atendimentos realizados pelo CECH e o acompanhamento por meio de algum outro programa governamental.

B.2. Patronato

Para acompanhar os egressos do sistema prisional, há diferentes bancos de dados produzidos pelo Patronato. São eles:

- **Planilha Banco de Dados RMR Ativos [Excel]**

Objetivo: Reunir todas as informações sobre os reeducandos do Sistema de Justiça Criminal que são acompanhados pelo Patronato. Nessa planilha há dados pessoais, de perfil familiar, de escolaridade, de produtividade e sobre o cumprimento da pena. A Planilha mais completa com informações de pessoas que existem no Patronato. Existe uma Planilha para cada unidade do Patronato (Região Metropolitana - RMR; Petrolina; Caruaru; Santa Cruz). Existe nesse banco a informação sobre local de moradia, entretanto esse campo é aberto com possibilidades múltiplas de preenchimento, o que dificulta a organização dos dados.

- **Planilha Banco de Dados RMR Inativos [Excel]**

Objetivo: Reunir todas as informações sobre os egressos do sistema prisional e sobre os reeducandos que saem do Patronato. Possui as mesmas informações da planilha de ativos (dados pessoais, familiares, escolaridade e produtividade) e mais informações sobre a saída. Cada núcleo do Patronato possui a sua planilha.

- **Planilha CVLI [Excel]**

Objetivo: Todo mês, o Patronato encaminha para a SEPLAG uma planilha com todos os nomes de pessoas que estão em acompanhamento e checa se essas pessoas foram vítimas de CVLI. A planilha é produzida com base nas informações que chegam da SDS com objetivo de checar se alguma pessoa acompanhada pelo Patronato foi vítima de morte violenta. Separa a listagem por região: Região metropolitana, Petrolina, Caruaru e Santa Cruz.

- **Planilha CAEF - Emprego / Banco de Emprego [Excel]**

Objetivo: Sistematização das informações sobre os egressos que estão empregados, com a intenção de auxiliar a articulação desses com as empresas parceiras.

- **Planilha CAEF - Emprego / Banco de Talento [Excel]**

Objetivo: Sistematização das informações sobre os egressos que estão empregados, com a intenção de auxiliar a articulação desses com as empresas parceiras.

B.3. SERES

Para acompanhar as pessoas presas no estado, a SERES possui uma série de planilhas com informações pessoais, que não foram disponibilizadas durante essa etapa de diagnóstico de dados. Todavia, para ajudar a entender os dados produzidos pela secretaria executiva, foi encaminhada uma planilha organizada especificamente para este fim.

- **Planilha sobre pessoas presas [Excel]**

Objetivo: Organizar as informações sobre as pessoas presas no estado. Na planilha disponibilizada há informações sobre a unidade prisional em que a pessoa está e dados pessoais (data de nascimento, estado civil, altura, nacionalidade, naturalidade, país de origem, profissão, grau de instrução, sexo, estado, endereço e cor). Embora exista o campo

endereço, este campo é aberto e, quando disponível, o endereço é escrito completo. Não há informações sobre data ou motivo da prisão e nem previsão de saída.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

C.1. Responsáveis pelo Sistema de Dados da SEDH

A equipe responsável pela produção e sistematização de dados da SEDH é bem restrita. O registro de dados é feito pela equipe técnica dos programas e a manutenção dos sistemas e a geração de informação é realizada pela única técnica de TI existente na equipe.

Além dela, há uma gestora responsável pelo monitoramento de dados e encaminhamento das planilhas para SEPLAG.

C.2. Responsáveis pelos Bancos de Dados do Patronato

Para fazer a gestão do órgão e o acompanhamento dos reeducandos e egressos do Sistema de Justiça Criminal, são preenchidas quase 20 planilhas diferentes. Para dar conta disso, o Programa conta com apenas duas pessoas responsáveis pelos bancos de dados, sendo que uma delas está sendo deslocada do setor. Ou seja, só terá uma pessoa.

O preenchimento inicial é feito em papel, pelo técnico responsável por dar entrada ao Patronato. Por mês, cerca de 300 pessoas entram para serem acompanhadas pelo órgão e só tem uma pessoa para pegar todas essas fichas e digitar na Planilha de Ativos. Além disso, essa mesma pessoa é responsável por atualizar as informações sobre saída, escolaridade, produtividade e situação na justiça.

Há uma preocupação em atualizar toda a informação pelo menos uma vez por mês, o que é um grande desafio.

Além disso, uma lista com as pessoas acompanhadas pelo órgão é enviada mensalmente à SEPLAG para que seja checado junto aos sistemas da SDS se alguém foi vítima de CVLI no último mês. Eles retornam informando quem, por qual motivo e oferecendo mais informações sobre a ocorrência, para que o programa consiga fazer o acompanhamento. Essa rotina pode ser um norte inicial para estabelecer a rotina de alimentação do Observatório de Prevenção.

C.3. Responsáveis pelos Bancos de Dados da SERES

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso a equipe.

D. Tecnologia Disponível

D.1. Secretaria Executiva de Direitos Humanos

Apesar de existir um sistema próprio, as informações sobre os programas da SEDH são registradas em aplicativos e plataformas frágeis locais, não em web. Apesar disso, o sistema de monitoramento dos programas é amplo e permite gerar uma gama de informações que podem ser utilizadas e geradas facilmente.

* Existe um sistema disponível para cadastro e manipulação da informação que consegue agregar boa parte da informação produzida pela Secretaria.

D.2. Patronato

As informações dos egressos ativos e inativos no programa é feito em planilha excel, sem nenhuma padronização dos campos. Houve uma tentativa de implementação de um sistema que auxiliasse na checagem dos nomes das vítimas de CVLI e os egressos do sistema prisional, mas a equipe teve dificuldade para utilizar por estar todo em inglês.

A informação é toda digitada por uma mesma pessoa, que registra em torno de 300 novos egressos por mês e que atualiza a informação de todos os egressos cadastrados restante com dados de seis coordenações que encaminham

informações sobre a execução do programa até o dia 5 de cada mês. Não há um sistema de informação para auxiliar no processo e são apenas essas planilhas, com informações desde 2013 que contém toda informação disponível.

* Não existe sistema disponível para cadastro, sistematização e visualização da informação para tomada de decisão.

* Não existe padronização dos campos contidos nas planilhas. Todos os campos são abertos e sem restrição de acesso.

D.3. Secretaria Executiva de Ressocialização

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso a equipe.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

E.1. Secretaria Executiva de Direitos Humanos

O sistema de informação disponível na SEDH comporta os três programas descritos acima: CIAPPI, CEAV e CECH. Dentro dele foi desenvolvido um único formulário de cadastro que atende ao mesmo tempo o CIAPPI e o CECH. Além de dados pessoais, escolaridade, trabalho e renda, o cadastro também registra todos os atendimentos e se a pessoa cadastrada também recebe acompanhamento por meio de algum outro programa governamental. Já o CIAPPI é o sistema com melhor qualidade de informações, de fácil manuseio e não possui muitos dados relacionados aos crimes de CVLI. Na parte de cadastro, é possível identificar, por exemplo, o tipo de violência que o idoso está sofrendo, nome, origem (anônima, na maioria dos casos), o ambiente em que a violência ocorreu. Os campos referentes à orientação sexual e identidade de gênero normalmente não se aplicam aos idosos.

O CEAV, especificamente, é alimentado semanalmente com novos cadastros de vítimas de CVLI e suas famílias a partir de uma foto tirada do registro de óbitos do Instituto Médico Legal. Vale destacar que o único meio de contato entre a equipe do CEAV e os familiares das vítimas é o telefone registrado no IML, normalmente ilegível ou incorreto, o que dificulta o contato entre a equipe do programa e as famílias. Assim, poderia haver uma integração com a SDS para que pudesse haver um olhar prioritário para os casos atendidos pelo CEAV. Em quase 50% dos casos não há informações sobre a resolução dos casos porque os contatos informados são errados ou ilegíveis.

Por ter uma equipe pequena, não são todos os familiares de vítimas que são inseridos no programa. É dada prioridade para jovens abaixo dos 30 anos que foram mortos nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão de Guararapes. A partir desse recorte, faz-se um contato para oferecer entrada no programa, o que não é facilmente aceito. Não há registros sobre todos esses contatos feitos, somente sobre os acompanhados.

E.2. Patronato

As planilhas monitoradas pelo Patronato permitem entender o perfil dos ativos e inativos acompanhados pelo órgão desde 2013, com dados de cerca de 12 mil pessoas que já passaram por algum dos núcleos. Além disso, possui informações sobre empresas parceiras que contratam os acompanhados.

As planilhas conseguem informar sobre o local de residência, escolarização, existência de cursos profissionalizantes e reincidência. Também é possível saber se estão inseridos na rede de atenção básica à saúde, no CAPS-AD, se tem documentação civil, se está passando por tratamento de drogadição, se foi encaminhado ao CRAS/CREAS, se está com visita domiciliar de acompanhamento, entre outros.

Por ser uma planilha com campos abertos, podendo registrar qualquer tipo de informação, para conseguir cruzar os dados referentes ao bairro de moradia dos egressos é preciso um árduo trabalho de limpeza e tratamento desse campo. Logo, para refinar o perfil dos territórios com base nos dados produzidos por essa superintendência é necessário um grande investimento de um cientista de dados.

Outro aspecto que é preciso levar em consideração é a pequena equipe disponível dedicada à produção e manutenção de dados e o pouco conhecimento técnico, o que dificulta a realização de melhoria da produção da informação.

De qualquer forma, há aprendizados gerados por essa secretaria que podem auxiliar na implementação do Observatório. Os dados produzidos internamente pelo patronato permitem dois tipos de acompanhamento: o primeiro referente a morte violentas dos egressos do sistema prisional, a partir do cruzamento dos nomes dos egressos com o banco de dados da GACE-SDS para saber se as pessoas sob acompanhamento foram vítimas de CVLI; o segundo, sobre a efetividade da ressocialização, questionando se aqueles que foram inseridos em programas de geração de renda, voltam ao sistema prisional. Essas duas rotinas podem ser um norte inicial para o cruzamento de informações importantes e a geração de novas análises que devem constar no Observatório de Prevenção.

E.3. SERES

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso à equipe.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A SJDH possui informações muito importantes sobre os familiares das vítimas de violência letal, assim como sobre pessoas presas e egressas do sistema prisional que são fundamentais para pensar definir melhor as vítimas e algozes na violência no estado de Pernambuco.

Apesar de ser central para a qualificação dos diagnósticos realizados até o momento sobre vítimas e autores, essa Secretaria não ocupa o protagonismo que deveria e nem possui equipe disponível para melhorar as informações que possui.

Outro ponto de atenção é a dificuldade de acesso aos dados produzidos e a baixa qualificação dos dados sobre bairros e municípios, o que pode dificultar a integração desses dados com os de outras secretarias.

5. Secretaria Estadual de Educação e Esporte - SEE

A. Sobre a Secretaria

A Lei Nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, aponta que a responsabilidade da SEE é:

- 5.1. Garantir o acesso da população à Educação Básica;
- 5.2. Manter a Rede Pública Estadual de Ensino;
- 5.3. Promover ações articuladas com o Ministério da Educação e com a Rede Pública Municipal de Ensino;
- 5.4. Supervisionar instituições públicas e privadas de ensino do Sistema Estadual de Educação;
- 5.5. Elaborar, implantar e acompanhar políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, modernização pedagógica e da capacitação do quadro da educação do Estado;
- 5.6. Desenvolver políticas de ampliação do acesso à educação integral, técnica e profissional;
- 5.7. Formular, implementar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de educação profissional de nível técnico, articulado ao projeto de desenvolvimento regional e local;
- 5.8. Articular e interagir com outros órgãos e entidades envolvidos com educação, inclusive profissional.

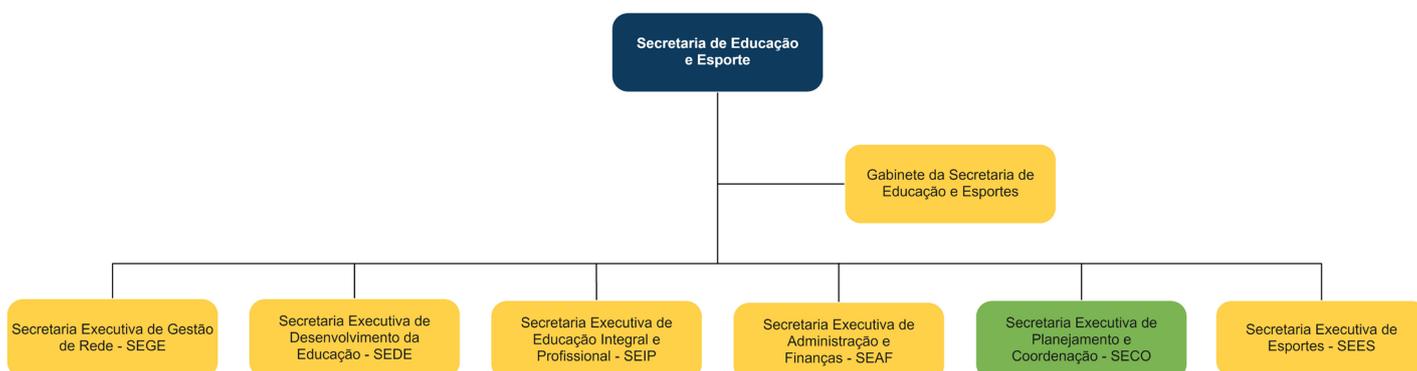
Além disso, como missão a Secretaria destaca que deve fornecer educação pública de qualidade a todos e elevar a escolaridade, proporcionando condições que permitam ao estudante sua inserção no campo de atuação escolhido.

Para executar a competência que lhe é colocada, a SEE é composta por seis Secretarias Executivas:

- I - Secretaria Executiva de Gestão da Rede - SEGE;
- II - Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação - SEDE;
- III - Secretaria Executiva de Educação Integral e Profissional - SEIP;
- IV - Secretaria Executiva de Administração e Finanças -SEAF;
- V - Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação - SECO;
- VI - Secretaria Executiva de Esportes - SEES.

Neste cenário, para tratar especificamente sobre Prevenção à Violência, foi escolhido abordar os programas executados pela Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação - SECO, com indicadores acessíveis por meio de alguns sistemas como o SIEPE e o SOE.

Para medir os indicadores presentes nestes sistemas, é utilizado o SAEPE - Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco, uma ferramenta do Núcleo de Gestão Por Resultados da Educação (NGR-SEE), subordinado à Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco (SEPLAG) e fisicamente instalado na Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE).

Imagem 6. Organograma de dados da SEE

Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

• Sistema de Informações da Educação de Pernambuco - SIEPE [Sistema]

Objetivo: Sistema de informação baseado em dados das escolas públicas estaduais atualizados a partir de cada unidade escolar, o que possibilita à Secretaria de Educação-SEE acompanhar o comportamento dos indicadores educacionais e tomar decisões seguras para a correção de rumos assegurando o cumprimento das metas de melhoria da qualidade da educação estabelecidas pelo governo.

• Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco - SAEPE [Sistema]

Objetivo: Permitir realizar o monitoramento de desempenho dos alunos, cujos resultados permitem produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais. Essa avaliação é feita com estudantes da rede pública estadual e municipal, dos 2ºs, 5ºs e 9ºs anos do ensino fundamental, 3ºs anos do ensino médio e Travessia nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

• Sistema de Ocorrência Escolar - SOE [Sistema]

Objetivo: Mapear as vulnerabilidades das escolas, auxiliando na proteção física e patrimonial da comunidade escolar.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

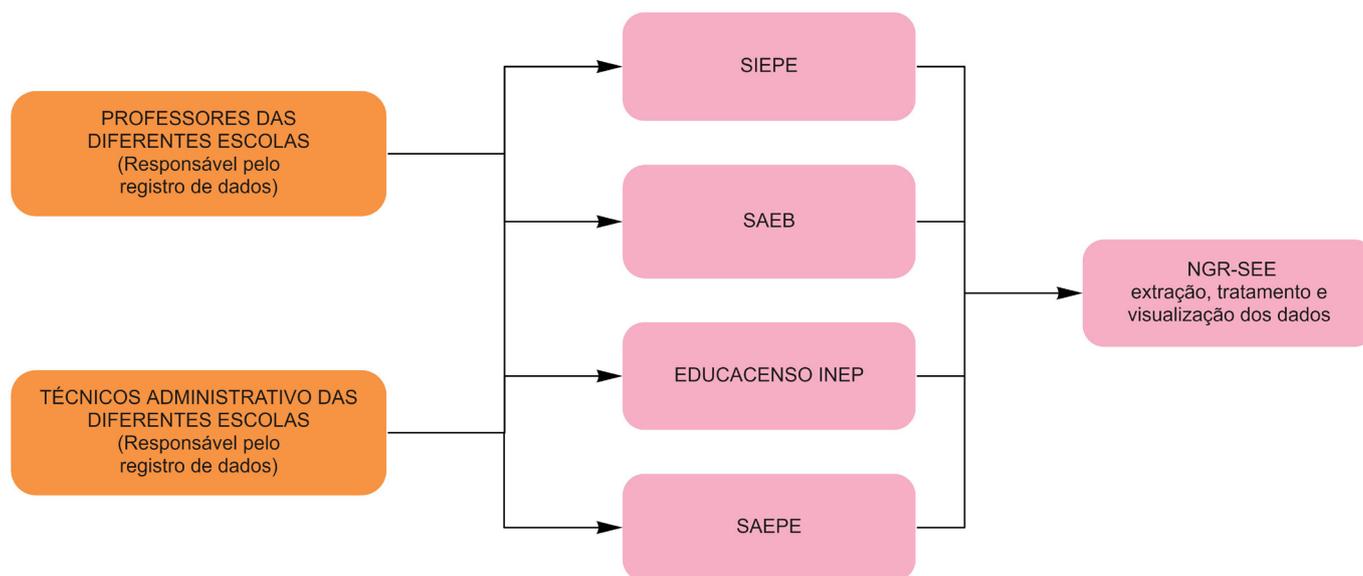
As escolas têm um termo de compromisso em que uma das atividades é inserir os dados no SIEPE. A atualização desses dados é permanente e realizada pelas escolas, por meio dos professores e, como forma de incentivar o preenchimento e o cuidado com a gestão, foi concedida aos professores uma gratificação salarial para realizar essa atividade. Além deles, técnicos administrativos das escolas também preenchem algumas informações.

Somente os professores que possuem aulas atribuídas no sistema têm acesso aos diários de classe, com informações como frequência do aluno, notas, observações, conteúdo e planejamento bimestral. Os professores têm até cinco dias após o fechamento do bimestre

para concluir a inserção de informações, depois em cerca de três dias a SEPLAG consolida estes dados e os devolve às Gerências Regionais e escolas.

A Secretaria de Educação tem uma equipe responsável pela gestão da tecnologia da informação e há uma forte interlocução com o NGR-SEE, na presença dos Gestores Governamentais de Planejamento, Orçamento e Gestão que auxiliam na extração, tratamento e visualização dos dados.

Imagem 7. Fluxograma da Informação na SEE



Legenda:

- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados

D. Tecnologia Disponível

A Secretaria possui diferentes sistemas. O SIEPE possui um portal web e um aplicativo para celular para cadastro e visualização da informação e contempla diferentes ambientes: Gestão da Rede de Ensino, Gestão de Programas Educacionais e um ambiente Pedagógico para a melhoria da qualidade da educação de Pernambuco. O SIEPE possui uma ferramenta na qual é possível unificar duplicidades.

O SAEPE possui um portal web e também tem um PowerBi que possibilita a visualização dos dados. O SOE possui um portal web, mas ainda é subutilizado pela equipe das escolas.

Os dados produzidos são enviados bimestralmente para a SEPLAG, que possui uma data de entrega pré-definida para permitir que sejam apresentados numa reunião de monitoramento com a presença do Governador. Para monitorar esse processo de envio à SEPLAG, a SEE criou uma ferramenta de monitoramento própria que informa se os dados de determinada escola foram enviados e, caso não tenham sido, realiza a cobrança antes da data limite estabelecida pela SEPLAG.

* Existe um sistema disponível para cadastro e manipulação da informação que consegue agregar boa parte da informação produzida pela Secretaria.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

O SIEPE possui uma série histórica, mas como foi adquirido em 2011 os dados oficiais datam a partir do ano seguinte, 2012. O Sistema permite que sejam acessadas diversas informações cadastrais que possibilitam o fornecimento de um consolidado de dados por aluno e indicadores, tais como: quantidade total de alunos; frequência do aluno; frequência do professor; notas, médias e resultados conclusivos dos alunos; planejamento e cronograma de aulas; participação dos familiares em reuniões; formação do professor.

Outra possibilidade do sistema é que seja feito recorte territorial para análise das informações. Dessa forma, para ter uma leitura adequada dos territórios poderá ser feita uma análise por escola, mas também é possível fazer um recorte pelo local de moradia dos alunos. Esse recorte é bastante importante para a integração desses dados para o Observatório.

Por fim, o sistema possui um módulo chamado Aluno Protegido, referente a alunos privados de liberdade ou testemunhas de algum crime, cujos dados são sensíveis e não podem ser divulgados, mas que permite um acompanhamento desses alunos pela equipe. O SAEPE, por sua vez, permite fazer um acompanhamento da série histórica de desempenho do estado, município, regional e escola. Conta também com um índice que indica o percentual de participação dos alunos, quantitativo de alunos efetivos e previstos, e compara a evolução com anos anteriores. Dados esses também importantes para o Observatório.

Os indicadores monitorados permitem entender os resultados do ano anterior e podem servir de filtro para medir o grau de violência nas escolas, além de contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos. Os resultados da avaliação produzidos pelo sistema são associados às políticas de incentivo para reduzir as desigualdades e

e elevar o grau de eficácia da escola, compondo em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE.

Já no SOE, todas as ocorrências de violência que possam porventura existir no ambiente escolar são registradas nesse sistema, com informações sobre data, horário, tipo e natureza da ocorrência. Permite, também, cadastrar autores e vítimas envolvidos, se houve ou não interrupção das atividades escolares, se algum bem foi danificado ou subtraído da escola durante a ocorrência e parte da escola em que o evento aconteceu. Além disso, também existe o campo para preenchimento de número de boletim de ocorrência policial e caso ainda não tenha sido realizado, o sistema pode redirecionar para o site da delegacia virtual. Há também um campo de preenchimento livre para descrição do fato e outro que permite a inclusão de documentos.

Entretanto, durante o mapeamento foi possível levantar que este sistema é subutilizado pela equipe das escolas, não havendo muitos registros. Para utilizá-lo será necessário que haja uma campanha de incentivo voltada aos profissionais.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A inserção de jovens nas escolas é uma estratégia bastante reconhecida de prevenção à violência. Portanto, monitorar indicadores relativos à educação é de fundamental importância, além de investir na melhoria das escolas e da atenção dada aos alunos.

Sendo assim, a SEE é fundamental no mapeamento de indicadores sobre evasão escolar, abandono, discrepância idade-série, se tem registro de violência na escola, quais problemas de comportamento são notados no ambiente escolar e que servem de alerta para intervenção, qual o desempenho dos alunos, quantas crianças, adolescentes e jovens estão fora da escola, entre outros.

Vale ressaltar que no caso da educação, não basta apenas acompanhar esses dados separadamente, mas é necessário que haja um esforço para entender de que forma a política de educação fortalece fatores protetivos nos diferentes territórios. Assim, além dos dados mencionados, seria interessante fazer uma análise mais aprofundada sobre a existência de escolas em unidade de atendimento socioeducativo; a existência de escolas em unidade prisional; impacto das escolas abertas à comunidade aos finais de semana em territórios prioritários para a prevenção à violência; se existe alguma escola que serve como equipamento para lazer.

6. Secretaria Estadual de Saúde - SES

A. Sobre a Secretaria

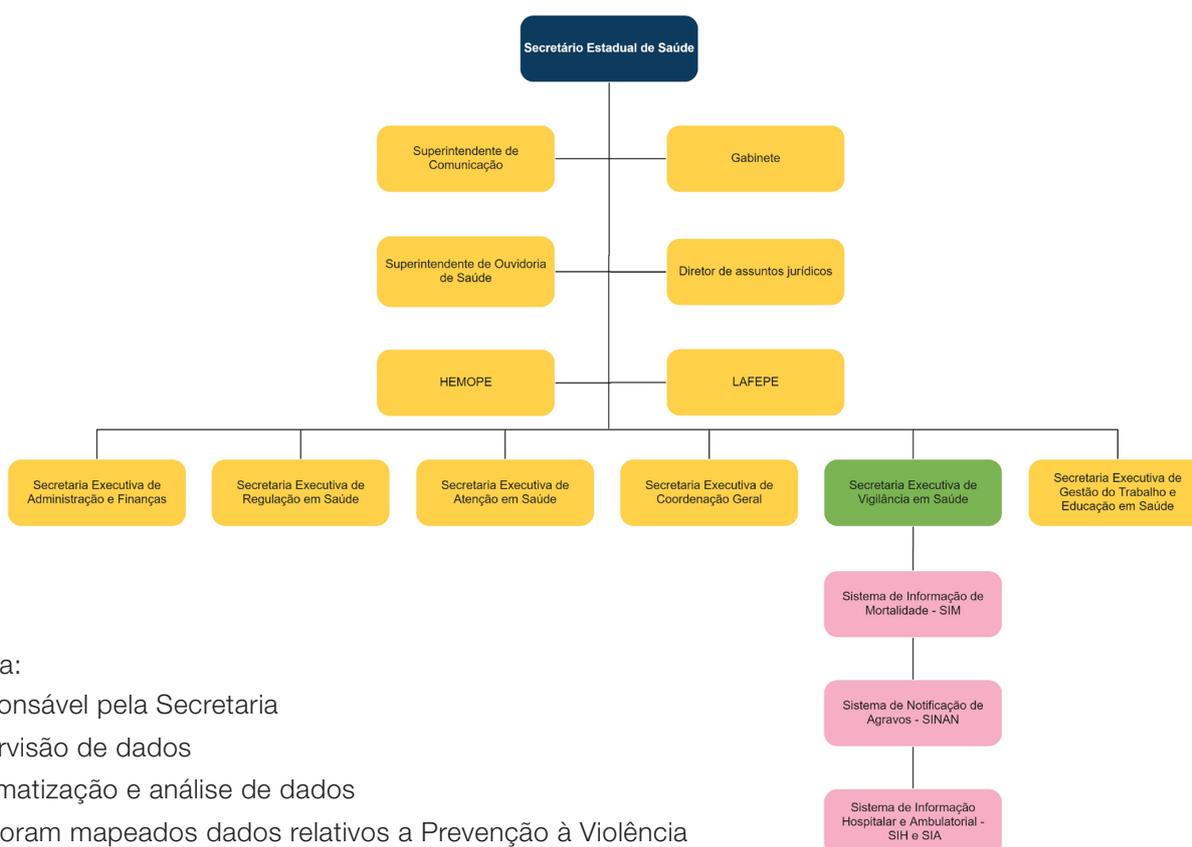
Segundo a Lei Complementar Nº 49, de 31 de janeiro de 2003, a competência da SES é:

- 6.1. Planejar, desenvolver e executar a política sanitária do Estado;
- 6.2. Orientar e controlar as ações que visem ao atendimento integral e equânime das necessidades de saúde da população; desenvolver políticas de fortalecimento ao sistema de atendimento e à complementação da Rede Hospitalar e Ambulatorial do Estado;
- 6.3. Exercer as atividades de fortalecimento da rede de atenção básica e psicossocial;
- 6.4. Exercer a fiscalização e poder de polícia de vigilância sanitária;
- 6.5. Coordenar e acompanhar o processo de municipalização do Sistema Único de Saúde;

Para conseguir cumprir com suas competências a SES é composta por seis Secretarias Executivas, são elas: Secretaria Executiva de Administração e Finanças; Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde; Secretaria Executiva de Gestão Estratégica e Participativa; Secretaria Executiva de Regulação em Saúde; Secretaria Executiva de Assistência em Saúde; Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde.

Para tratar especificamente dos dados, a Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde é o principal setor. Existem 12 Gerências Regionais de Saúde - GERES e cada uma possui uma Coordenação de Vigilância em Saúde, que responde a Secretaria Executiva. Os dados produzidos auxiliam o estado e também os municípios justamente na condução da política de saúde.

Imagem 8. Fluxograma dos dados da SES



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

Dentre os bancos de dados que a Secretaria possui, os sistemas que seriam de interesse para o Observatório ficam localizados na Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (SEVS) e é formada por três diretorias-gerais: Informações e Ações Estratégicas em Vigilância Epidemiológica, Controle de Doenças e Agravos e Monitoramento e Avaliação da Vigilância em Saúde, além de abranger o Laboratório Central de Pernambuco (Lacen-PE) e a Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa).

- **Sistema de Mortalidade - SIM [Sistema]**

Objetivo: Obter regularmente dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área. Para o Observatório, a principal informação é a de Mortalidade por Causa Violenta.

- **Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAM [Sistema]**

Objetivo: Registrar e processar os dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal.

- **Sistema de Informação Hospitalar - SIH [Sistema]**

Objetivo: Registrar os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiadas pelo SUS. Este é um sistema administrativo, que tem como objetivo controlar os gastos do SUS com cada procedimento e não entender as causas das internações. Portanto, precisa ser utilizado com cautela para o Observatório.

- **Sistema de Informação Ambulatorial - SIA [Sistema]**

Objetivo: Registrar os atendimentos provenientes dos atendimentos ambulatoriais que foram financiados pelo SUS. Este é um sistema administrativo, que tem como objetivo controlar os gastos do SUS com cada procedimento e não entender as causas dos atendimentos ambulatoriais. Portanto, precisa ser utilizado com cautela para o Observatório.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

A Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde (SEVS) vigilância sanitária possui uma equipe própria para produção, sistematização e acompanhamento das informações. Dentro dela há duas diretorias⁴ estratégicas para interlocução com o Observatório de Prevenção à Violência:

1. Diretoria Geral de Promoção, Monitoramento e Avaliação da Vigilância em Saúde:

a) Gerência de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção à Saúde;

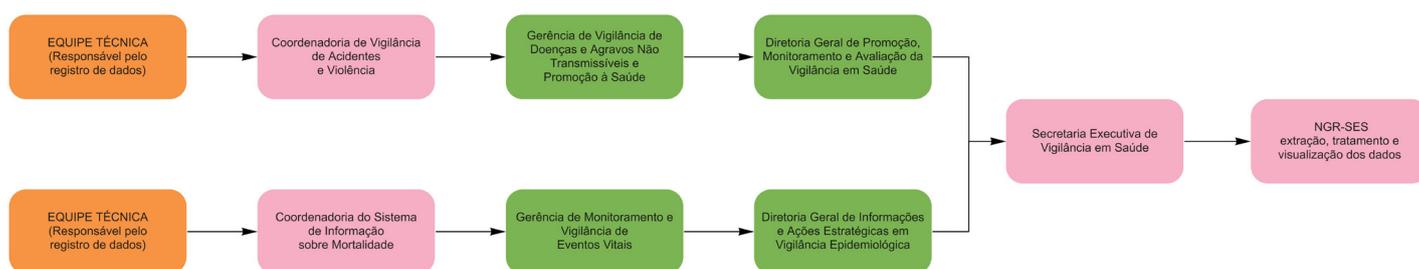
b) Coordenação de Vigilância de Acidentes e Violência.

2. Diretoria Geral de Informações e Ações estratégicas em Vigilância Epidemiológica:

c) Gerência de Monitoramento e Vigilância de Eventos Vitais;

d) Coordenadoria do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

Imagem 9. Fluxograma da Informação da SES



Legenda:

- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados

Segundo consta no site da SES, a Gerência de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção à Saúde, cuja Coordenação de Vigilância de Acidentes e Violência está inserida no escopo da Diretoria Geral de Promoção, Monitoramento e Avaliação da Vigilância em Saúde contempla a notificação compulsória da violência interpessoal e/ou autoprovocada. São notificados os casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica e intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades.

No caso de violência extrafamiliar e comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).⁵

Dentro desse contexto, a Vigilância e equipe possuem uma agenda de educação permanente com os municípios para trabalhar o tema da notificação da violência pelo sistema do SINAN, via capacitação dos servidores. Existem municípios prioritários, que possuem dados silenciosos, que são aqueles que em algum momento já fizeram

4 Informações acessadas em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=9849&tipo=TEXTTOORIGINAL>

5 Descrição retirada de: <http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-vigilancia-em-saude/vigilancia-das-violencias>
<http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretaria-executiva-de-atencao-saude/ses-debate-atencao-pessoas-em-situacao-de-violencia-0>

a notificação, mas depois não notificaram mais nada. No momento, nove municípios se enquadram nesse cenário. As capacitações têm viés intersetorial e convidam toda a rede municipal de atenção à prevenção da violência, junto com a SecMulher e Governo Presente, a aprenderem como preencher devidamente a ficha de notificação da violência do SINAN.

Contudo, como a capacitação não é obrigatória aos funcionários, oferecê-la não significa que os mesmos irão participar. Mesmo quando há alguma integração entre os setores, não é possível verificar seu efeito já que quando as fichas do SINAN são enviadas preenchidas, não há a opção de visualizar o setor responsável, mas apenas a unidade de saúde.

Em relação ao fluxo de informações da Coordenadoria, a ficha de violência é considerada encerrada quando é notificada. Os municípios maiores enviam os dados, o Estado analisa e comunica ao município quando há a necessidade de modificá-los. A limpeza de duplicidade e campos ignorados é feita uma vez ao ano. Após essa etapa de verificação, os municípios podem seguir com a atualização dos dados. No caso dos municípios menores, normalmente o próprio Estado é o responsável por essa atualização. Em geral, a atualização é feita em no máximo dois meses e cada município tem sua equipe e a gere como quiser. Vale destacar que há a possibilidade de fazer a extração dos dados brutos enviados pelos municípios caso seja de interesse do Observatório.

A equipe técnica da Coordenadoria é composta por duas pessoas, uma responsável pela limpeza dos dados, que são enviados à Gerência Regional de Saúde (GERES) após validação da coordenadora. A equipe também conta com um Gerente de Informações Estratégicas em Vigilância Epidemiológica.

A segunda Gerência de interesse para o observatório é a de Monitoramento e Vigilância de Eventos Vitais, alocada na Diretoria Geral de

Informações e Ações Estratégicas em Vigilância Epidemiológica. Como função, essa Gerência visa “acompanhar, por meio de relatórios e indicadores, as atividades da vigilância de eventos vitais; articular, intra e intersetorialmente, as ações de promoção e desenvolvimento da notificação e análise dos eventos vitais; promover a divulgação das informações referentes aos eventos vitais”.⁶

Sua equipe conta com 9 pessoas que dividem tarefas entre si e o principal sistema de interesse para o Observatório é o da Coordenação do Sistema de Mortalidade (SIM), um sistema totalmente descentralizado cujos dados são divulgados de modo preliminar de Junho a Agosto com informações do ano anterior. No que tange o fluxo, e por consequência o monitoramento desses dados, as informações de interesse para prevenção são normalmente oriundas do preenchimento da Declaração de Óbito (DO) no IML e são necessários 60 dias após a data do óbito para digitação, que ocorre em cada município que sedia o IML.⁷

A partir disso, ocorre o processamento descentralizado sob a responsabilidade dos municípios e posterior envio das informações às GERES, que encaminham os dados ao Ministério da Saúde, os Estados replicam as informações e por fim ocorre a divulgação desses dados. Percebe-se, então, que o Estado não participa da etapa de digitação dos dados, mas sim da análise e qualificação da base de dados dos municípios.

De forma geral, pensando em uma análise dos dados com enfoque nos territórios, vale salientar que existe o campo referente ao local da ocorrência do fato na DO original, mas essa informação ainda não é incluída no SIM, apenas o local da ocorrência do óbito. Já na ficha da Notificação de Violência tem o campo sobre em que municípios foram notificados sobre os delitos, onde a pessoa reside e onde ocorreu a violência. A SEVS tem trabalhado para melhorar a informação sobre a circunstância que causou o óbito.

6 Descrição retirada do regulamento em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=9849&tipo=TEXTTOORIGINAL>

7 Três IML fazem necrópsia: Recife, Petrolina e Caruaru. Eles fazem o resgate das informações da DO original para digitação no SIM.

D. Tecnologia Disponível

A Secretaria de Saúde possui sistemas robustos para cadastro, sistematização e acompanhamento das informações produzidas. Os bancos são padronizados por todos os serviços e há aditamento dos dados para garantir a qualidade da informação.

* EXISTE um sistema disponível para cadastro, sistematização e das informações produzidas.

* HÁ uma equipe capacitada para trabalhar com as informações.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

A SEVS é responsável pela melhoria da qualidade de vida da população pernambucana, por meio da coordenação, gerenciamento, monitoramento e avaliação das ações de vigilância em saúde e da situação de saúde do estado. Os sistemas em questão são o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, Sistema de Informação Hospitalar - SIH, Sistema de Informação Ambulatorial - SIA e o Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

O principal sistema de acompanhamento de mortes violentas pela saúde é o SIM, que acompanha todos os tipos de mortes, mas existe uma especificação para identificar mortes violentas por causas externas, que concentra informações sobre homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. O SIM possui uma série histórica anterior aos anos 2000.

Nele estão contidas informações referentes à identificação pessoal da vítima, local de ocorrência do óbito, condições e causas do óbito (inclusive as prováveis circunstâncias de morte não natural) e médico atestante.

As informações disponibilizadas na Declaração de Óbito têm até sessenta dias para entrar no sistema. O fluxo de transferência de dados envolve o município da ocorrência via Secretaria Municipal de Saúde, a Gerência Regional de Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde. O médico do

Instituto Médico Legal emite a DO, a Secretaria Municipal coleta esse documento em papel, digita os dados no SIM e envia à Gerência Regional. Depois, os arquivos eletrônicos são encaminhados à Secretaria Estadual e ao Ministério da Saúde. A partir dessa etapa, utilizando a base federal, as Secretarias Municipal e Estadual podem captar os casos que ocorreram ou foram notificados fora do seu território. O período oficial de encerramento é até 30 de outubro do ano subsequente, mas na prática sempre passa desse prazo.

Uma das dificuldades encontradas é a de identificar se o óbito foi por feminicídio, uma vez que não existe no SIM a informação perguntando sobre o gênero, porque falta no CID uma nomenclatura para isso e não tem diagnóstico de causa, só o que aconteceu.

O SINAN, por sua vez, foi implementado no estado de Pernambuco em 1995 e é um sistema onde são inseridas as doenças de internação e que é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam na Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória (Portaria Nº 264/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2020). Ele é caracterizado por conter uma padronização de conceitos de definição de casos, fluxo hierárquico de dados em todos os níveis do SUS e acesso aos dados para análise, uso e disseminação gerados pela Vigilância Epidemiológica.

A documentação operacional do SINAN é composta de duas fichas:

a) Ficha Individual de Notificação (FIN), a qual é preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente quando da suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória ou de interesse nacional, estadual ou municipal;

b) Ficha Individual de Investigação (FII), a qual é um roteiro de investigação, que possibilita a identificação da fonte de infecção e os mecanismos de transmissão da doença.

A notificação feita pelos municípios é relativa aos casos detectados em sua área de abrangência, mesmo que os envolvidos não sejam residentes no município em questão, e as Secretarias Municipais enviam, semanalmente, os dados para as Secretarias Estaduais.

Nesse sistema existe um filtro para reconhecer a violência de repetição e cabe ressaltar que, embora tenha municípios que façam a notificação compulsória, eles ainda não são maioria. Destacando que o preenchimento obrigatório de alguns campos e a ausência de dados por quem fará o registro dificulta o preenchimento.

Em relação às informações, o preenchimento dos dados gerais como tipo e nome da unidade identificadora são obrigatórios e contempla inclusive unidades que não sejam da saúde. Na seção dos dados do paciente, existe uma dificuldade em relação ao preenchimento do campo referente a raça/cor e sempre é necessário haver uma capacitação ou reforço para que os funcionários responsáveis pelo cadastro o façam. Outra dificuldade encontrada é em relação ao nome social, que não é possível ser digitado no sistema online. Além disso, notou-se que orientação sexual e identidade de gênero são difíceis de serem preenchidos devido ao estranhamento e resistência dessas questões por parte dos próprios funcionários.

Na parte referente aos dados de residência, bairro e logradouro são campos abertos e não existe um padrão para preenchimento, cada

pessoa escreve de uma forma (pode-se escrever avenida ou av., por exemplo). No bloco da ficha referente aos dados da ocorrência, só há o preenchimento caso a violência tenha sido autoprovocada, como mutilação e suicídio.

No campo das informações sobre o tipo de violência notificado, embora a orientação seja a de que apenas o tipo principal seja assinalado, como o sistema aceita várias entradas, os profissionais acabam selecionando mais de um tipo de violência. Essa prática explica por que estatisticamente o tipo de violência pode ser maior que o quantitativo de violência no ano.

No caso específico da violência sexual, se essa opção for assinalada, automaticamente o sistema abre outro campo em que é possível marcar qual tipo de violência sexual foi sofrida.

Há também uma parte para preenchimento dos dados do autor da violência. Vale destacar que, caso as violências notificadas tenham sido perpetradas por mais de um autor, mais de uma ficha deverá ser preenchida, (como por exemplo quando uma criança sofre algum tipo de violência pelo pai e também é negligenciada pela mãe). Ao final da ficha, é possível informar para onde o paciente será encaminhado, informar informações de acompanhante e escrever observações.

O Sistema de Informação Hospitalar – SIH e o Sistema de Informação Ambulatorial – SAI são bases de dados consolidadas pelos municípios e estados. O SIH é um sistema federal onde são registrados todos os atendimentos provenientes de internações hospitalares que foram financiados pelo SUS, e após o processamento, disponibilizam relatórios para os gestores que lhes possibilitem fazer os pagamentos dos estabelecimentos de saúde. Além disso, o nível Federal recebe mensalmente uma base de dados de todas as internações autorizadas (aprovadas ou não para pagamento) para que possam ser repassados às Secretarias de Saúde os valores de Produção de Média e Alta complexidade além dos valores de CNRAC, FAEC e de Hospitais Universitários – em suas variadas formas de contrato de gestão. O documento operacional é a Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

que contém informações sobre o perfil do paciente, tipo de hospitalização, custo hospitalar, entre outras informações. Há municípios que têm auditoria e enviam os dados diretamente para o DATASUS, mas nem todos têm essa capacidade operacional.

Sobre o SIA, mensalmente os gestores além de gerar os valores devidos a sua rede de estabelecimentos, enviam ao DATASUS uma base de dados contendo a totalidade dos procedimentos realizados em sua gestão. Um ponto a ser destacado nesse sistema é a falta de opção do campo “faixa etária” para alguns procedimentos.

Uma das dificuldades encontradas ao analisar estes dados é o motivo do atendimento, que nem sempre é possível saber tendo em vista que o foco das informações desse sistema é o procedimento e não o que o ocasionou. Não é possível saber, por exemplo, como uma pessoa quebrou o fêmur e sim apenas o procedimento realizado para tratar dessa fratura. No entanto, os dados podem ser estratificados por:

Procedimento; Município de residência; Mês e ano de internamento; Estabelecimento de Saúde; Faixa etária e sexo do paciente (não disponível para todos os procedimentos); Cor/Raça (apenas para internamento); Se precisou de UTI (apenas para internamento); Se foi a óbito (só para internamento); Causa CID-10 da internação.

Além desses, também é possível coletar os dados de internamentos por lesões, envenenamento e outras consequências relacionadas a causas externas.

Os dados desses sistemas são disponibilizados com dois meses de defasagem na base nacional e, embora o DATASUS não forneça dados individualizados, é possível conseguir as informações sobre atendimentos da rede estadual e/ou municipal que não transferem os dados diretamente ao DATASUS.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A Secretaria de Saúde, historicamente, tem sido a responsável pelo atendimento das vítimas de violência, de acordo com a sua gravidade, mas poucas vezes identifica a causa ou o motivo pelo qual os pacientes se consultam. Essa informação pode melhorar significativamente a produção de diagnóstico sobre os diferentes tipos de violência e suas vítimas.

Para uma política de prevenção, é importante olhar essas notificações dos serviços com maior capilaridade nos territórios. No caso, a equipe de saúde, distribuída em 12 GERES e que possuem coordenadores de Vigilância que respondem ao nível central são bastante relevantes para o diálogo na captação dessa informação, para além dos sistemas de informações que vivem dando problemas. Ou seja, focar nessas ações dos equipamentos da rede intersetorial com capilaridade nos territórios permitirá um aumento da qualidade da informação disponível.

7. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - SDSCJ

A. Sobre a Secretaria

De acordo com a Lei nº 16.464/2018, a SDSCJ tem como competência:

7.1. Articular, planejar, estimular, organizar, propor, gerir e executar, em parceria com os demais órgãos e entidades da administração pública, as políticas públicas da criança, do adolescente e da juventude, de forma a garantir o seu desenvolvimento social pleno;

7.2. Planejar e executar, como órgão gestor estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todas as ações de promoção da redução da vulnerabilidade social, em especial das pessoas com deficiência;

7.3. Planejar, implementar e gerir a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, através das ações emergenciais e estruturantes de combate à fome e extrema pobreza;

7.4. Planejar, executar, coordenar e controlar as políticas públicas sobre drogas;

7.5. Planejar, articular, mobilizar e executar as políticas de inclusão social e produtiva;

7.6. Fomentar a participação efetiva da sociedade e órgãos de controle social para o desenvolvimento social do Estado de Pernambuco;

7.7. Promover a política de atendimento à criança e ao adolescente, autores ou envolvidos em ato infracional, visando à sua proteção e à garantia dos seus direitos fundamentais;

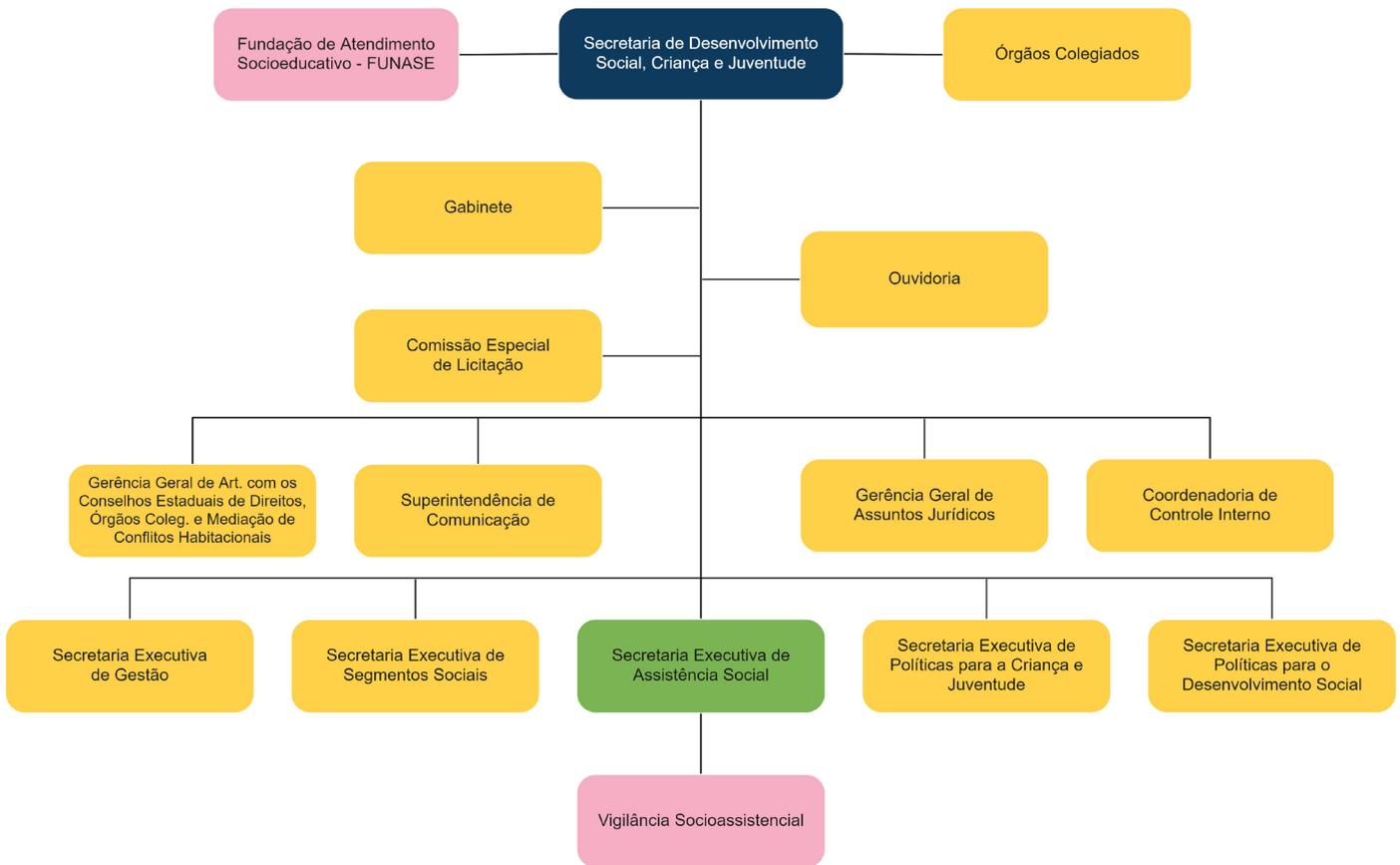
Para cumprir com sua competência, a SDSCJ é dividida em cinco secretarias executivas: Secretaria Executiva de Gestão - SEGES; Secretaria Executiva de Assistência Social - SEAS; Secretaria Executiva de Políticas para a Criança e Juventude - SEPCJ; Secretaria Executiva de Segmentos Sociais - SESS;

Secretaria Executiva de Políticas para Desenvolvimento Social - SEPDS. Localizada na Secretaria Executiva de Assistência Social, está a Vigilância Socioassistencial que é responsável por coletar os dados dos equipamentos de assistência dos municípios, capacitar as equipes para melhorar a informação e registrar e qualificar as informações recebidas para que essas sirvam para tomada de decisões.

Além disso, a SDSCJ tem como órgão vinculado a FUNASE, que é responsável por executar, no âmbito estadual, a política de atendimento a adolescentes/jovens envolvidos(as) e/ou autores(as) de atos infracionais, com privação e restrição de liberdade, visando à garantia dos seus direitos fundamentais, através de ações articuladas com outras instituições públicas e a sociedade civil organizada, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Nessa secretaria, tanto a Vigilância Socioassistencial, quanto a FUNASE são estratégicas para participar do Observatório de Prevenção à Violência.

Imagem 10. Fluxograma dos dados da SDSCJ



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

B.1. Vigilância Socioassistencial

• Registro Mensal de Atendimentos - RMA [Sistema]

Objetivo: uniformizar essas informações e, dessa forma, proporcionar dados qualificados que contribuam para o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As informações registradas dizem respeito a: quantidade de atendimentos mensais realizados pelo CRAS; quantidade de atendimentos mensais realizados pelo CREAS; quantidade de atendimentos mensais realizados pelo Centro POP.

• CADSUAS [Sistema]

Objetivo: Sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. As informações produzidas dizem respeito a: quantidade de CRAS; quantidade de CREAS; Quantidade de Acolhimento Institucional; quantidade de Centro POP.

• Diagnósticos Socioterritoriais

Objetivo: Realizar um diagnóstico do município ou estado com informações especializadas dos riscos e vulnerabilidades e o perfil da população, de forma que permita conhecer a realidade local, as necessidades e os problemas prioritários e de suas respectivas causalidades, bem como os recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

B.2. FUNASE

• Gerência Geral do Sistema Socioeducativo - GGSS⁸

Objetivo: Fortalecer a Socioeducação no Estado de forma articulada e integrada com o Sistema de Garantia de Direitos, em consonância com os princípios norteadores da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente.

• CADÚNICO

Objetivo: Conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. As informações produzidas dizem respeito a: extrema pobreza; pobreza; faixa de renda da população do CADÚNICO; condições de moradia das famílias; pessoas que não sabem ler e escrever; pessoas que não frequentam a escola; beneficiários bolsa família; beneficiários bolsa família sem auxílio emergencial; beneficiários auxílio emergencial - grupo bolsa família; beneficiário auxílio emergencial - grupo cadúnico; fila de espera do bolsa família; Beneficiário de Prestação Continuada; população em situação de rua.

As informações produzidas dizem respeito a: número de adolescentes em situação de medida socioeducativa em meio aberto; faixa etária dos/as adolescentes em situação de medida socioeducativa em meio aberto; escolaridade do/as adolescentes; profissionalização do/as adolescentes.

8 Informações contidas no site: <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/gerencia-geral-do-sistema-socioeducativo--ggss>

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

C.1. Vigilância Socioassistencial

A equipe da Vigilância Socioassistencial é formada por cinco pessoas, sendo uma coordenadora e quatro técnicos de dados. Cada técnico é responsável por acompanhar uma região do estado e por cuidar de temáticas específicas, como trabalho infantil, moradores em situação de rua, etc.

A inserção dos dados é realizada por técnicos que atuam nos equipamentos municipais de assistência social, ficando com o órgão estadual o papel de organizar as informações, capacitar os técnicos para melhoria do registro, assim como para produzir análises mais complexas com os dados que lhes são ofertados.

C.2. FUNASE

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso à equipe.

D. Tecnologia Disponível

D.1. Vigilância Socioassistencial

Como no caso da Saúde, a assistência social também tem um sistema nacional de dados no qual os municípios preenchem e o estado trabalha com a informação e produz melhores diagnósticos.

* Existe um sistema disponível para cadastro, sistematização e visualização da informação que consegue agregar boa parte da informação produzida pela Secretaria.

D.2. FUNASE

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso à equipe.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um sistema articulador e provedor de ações de proteção social básica e especial junto ao Estado e municípios. O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público; ou prestados por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos.

O SUAS integra a Assistência Social à Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social. O sistema promove a descentralização na gestão, no monitoramento e no financiamento dos serviços; e dá mais autonomia aos municípios na aplicação dos recursos federais, organizando-os em três níveis de gestão - Inicial, Básica e Plena - de acordo com a sua capacidade de executar as ações. Os municípios são catalogados de acordo com a população: Pequeno Porte 1 (até 20 mil habitantes), Pequeno Porte 2 (de 21 mil a 50 mil habitantes), Médio Porte (de 51 mil a 100 mil habitantes), Grande Porte (de 101 mil a 901 mil habitantes) e Metrôpoles (acima de 901 mil habitantes).

Os dados produzidos pela vigilância socioassistencial são públicos e podem ser acessados pelo site da vigilância. Os dados disponíveis podem apresentar defasagem temporal de até um ano, mas é possível, em parceria com a Vigilância, ter acesso a informações com defasagem de dois meses.

O nível de desagregação dos dados é por equipamento que os produz. Portanto, conhecendo a rede de serviços da assistência e a abrangência de atendimento de cada equipamento, será possível fazer uma análise entre os motivos de atendimento em cada região e os dados de violência produzidos sobre as diferentes áreas. Uma dificuldade desses dados é não permitir saber onde residem as famílias atendidas pelos equipamentos, apenas sendo possível fazer a análise mais agregada por região de cobertura do equipamento.

E.2. FUNASE

Não foi possível fazer esse mapeamento por falta de acesso a equipe.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude traz registros importantes sobre a situação socioeconômica da população e o perfil dos diferentes municípios do estado. As estratégias de intervenção realizadas pela assistência social, como programas de transferência de renda, programas de fortalecimento de vínculos sociais e atendimentos focados em situações graves de violação de direitos são fundamentais também para a prevenção à violência. Conhecer as intervenções realizadas em cada território permitirá entender quais estratégias são capazes de prevenir a violência de fato e, assim, direcionar melhor os recursos para esse fim.

Outro dado importante e que deveria ter mais atenção são os dados referente às medidas socioeducativas realizadas em adolescentes. Entender quantos adolescentes estão inseridos nas diferentes medidas, qual a motivação, como inserir esses adolescentes em estratégias de educação, saúde, geração de renda são estratégicos para modificar trajetórias e proteger esses meninos e meninas.

8. Secretaria Estadual da Mulher - SecMulher

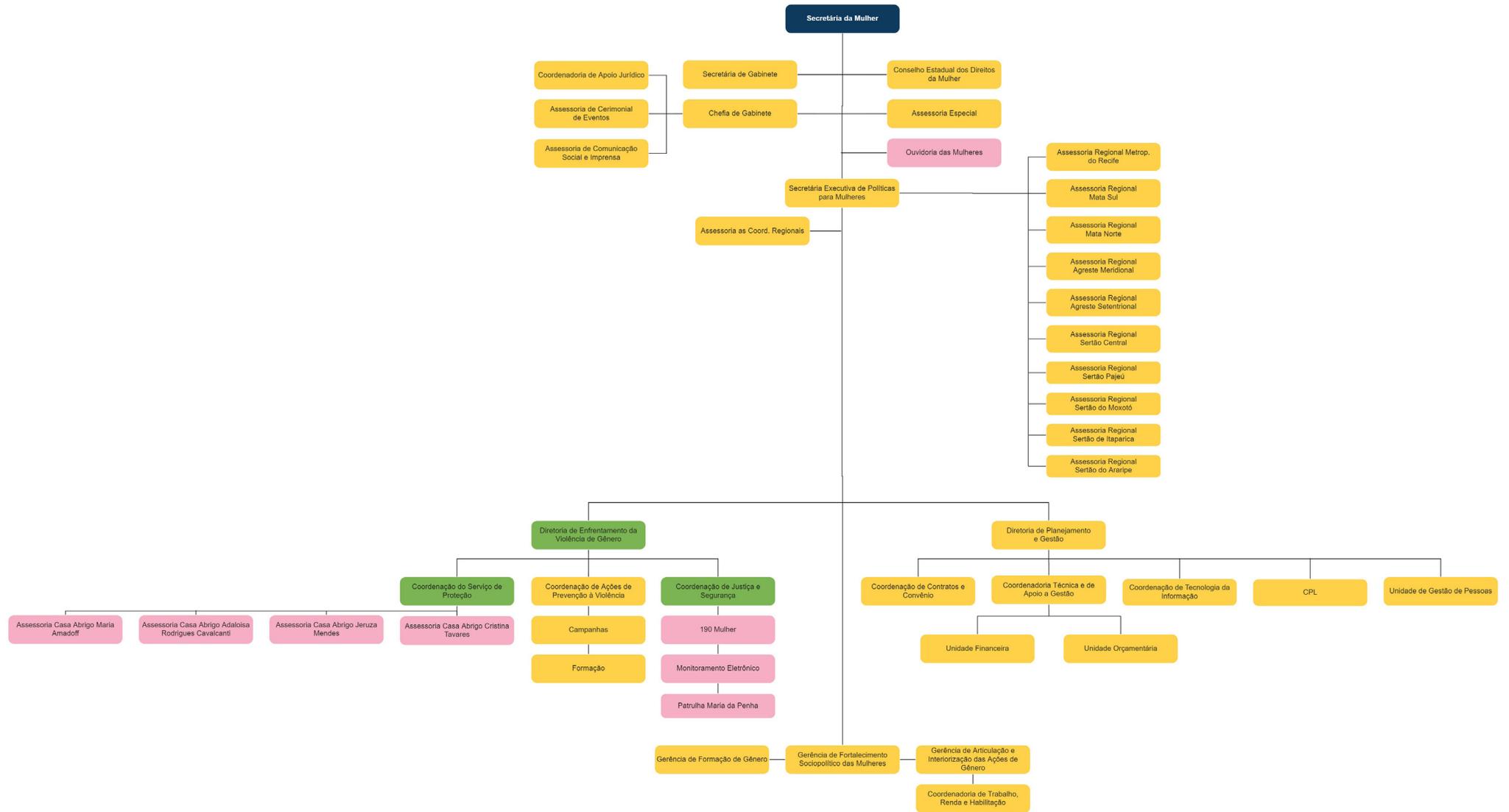
A. Sobre a Secretaria

De acordo com o Decreto nº 42.110, a SecMulher tem como competência:

- 8.1. Formular, estabelecer, coordenar e articular as políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas de combate à discriminação e à violência de gênero no âmbito estadual;
- 8.2. Elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo estadual com vistas à promoção da igualdade;
- 8.3. Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres.

Para dar conta de suas competências, a SecMulher possui uma Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres e dentro dela duas diretorias, sendo uma delas responsável diretamente pelo enfrentamento da violência de gênero. A seguir está disposto um organograma da Secretaria e as células marcadas em verde informam os setores responsáveis por produzir informações sobre o público atendido e o território focado nas ações implementadas.

Imagem 11. Fluxograma dos dados da SecMulher



Legenda:

- Responsável pela Secretaria
- Supervisão de dados
- Sistematização e análise de dados
- Não foram mapeados dados relativos a Prevenção à Violência

B. Dados e Informações Mapeados

A informação produzida pela Secretaria da Mulher refere-se diretamente aos programas ofertados e, a partir deles, são produzidas planilhas de acompanhamento das mulheres em situação de violência. São elas:

- **Base 190 Mulher [Excel]**

Objetivo: Cadastro de mulheres em situação de violência que são acompanhadas pela SecMulher, em um programa intitulado 190 Mulher. Elas fazem parte de uma lista de pessoas que têm atendimento prioritário no acionamento do 190, no qual o envio de viatura é imediato. Existe cadastro de informações dessas mulheres, com dados sensíveis de serem utilizados.

- **Base de Monitoramento Eletrônico [Excel]**

Objetivo: Cadastro das mulheres, cujos agressores estão com medida cautelar de monitoramento eletrônico da Lei Maria da Penha.

- **Base Patrulha Maria da Penha [Excel]**

Objetivo: Cadastro de mulheres com medida protetiva que precisam ser acompanhadas pela polícia militar.

- **Base do Serviço de Proteção [Excel]**

Objetivo: Cadastro de mulheres que estão inseridas no serviço de proteção do estado, como casas de abrigo.

- **Cadastro escolas e quantitativo com Núcleos de Estudo de Gênero [Excel]**

Objetivo: Monitorar as escolas e a quantidade de estudantes que têm acesso aos núcleos de estudo de gênero.

- **Chapéu de Palha e Convergir Mulher [Excel]**

Objetivo: Monitoramento das ações de interiorização da formação de mulheres, com informação sobre quantidades de mulheres participantes, municípios contemplados, educadoras participantes.

- **Lista de serviços especializados**

Objetivo: Organizar todas as informações dos serviços voltados para mulheres no estado e municípios: assistência social, conselho tutelar, defensoria pública, entre outros.

C. Equipe Responsável pelos Dados/Informações

Na Diretoria de Enfrentamento da Violência de Gênero, cada Coordenação conta com uma equipe e os dados são mantidos em planilhas simples de Excel, que são alimentadas por funcionárias de cada área. Os dados das Coordenações são consolidados por um técnico. Além disso, elas também alimentam bases em paralelo com dados quantitativos que são enviadas à Ouvidoria das Mulheres da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

No Serviço de Proteção da SecMulher existe uma equipe multidisciplinar que trabalha nas casas abrigo, formada por psicólogos, assistentes sociais e uma coordenadora que preenchem as informações e enviam por meio eletrônico para o núcleo de abrigamento, onde uma assistente social alimenta os dados na plataforma Microsoft Access e acompanha as mulheres durante um ano após desabrigamento. A Subcoordenadora Regional alimenta uma base em paralelo no Excel com informações sobre as mulheres que entraram no serviço. A partir destas bases, ambas podem gerar relatórios, assim como alimentam uma terceira planilha com dados quantitativos que serão entregues à Ouvidoria.

Na Coordenação de Ações de Prevenção à Violência, na área de Formação, a coordenadora é responsável pelas áreas de Campanhas e Formação. Nesta coordenação é preenchida planilha no Excel e paralelamente uma base para a Ouvidoria. Ambas as plataformas são alimentadas mensalmente com um quantitativo de pessoas que participam das ações e outras informações, como tema trabalhado e município.

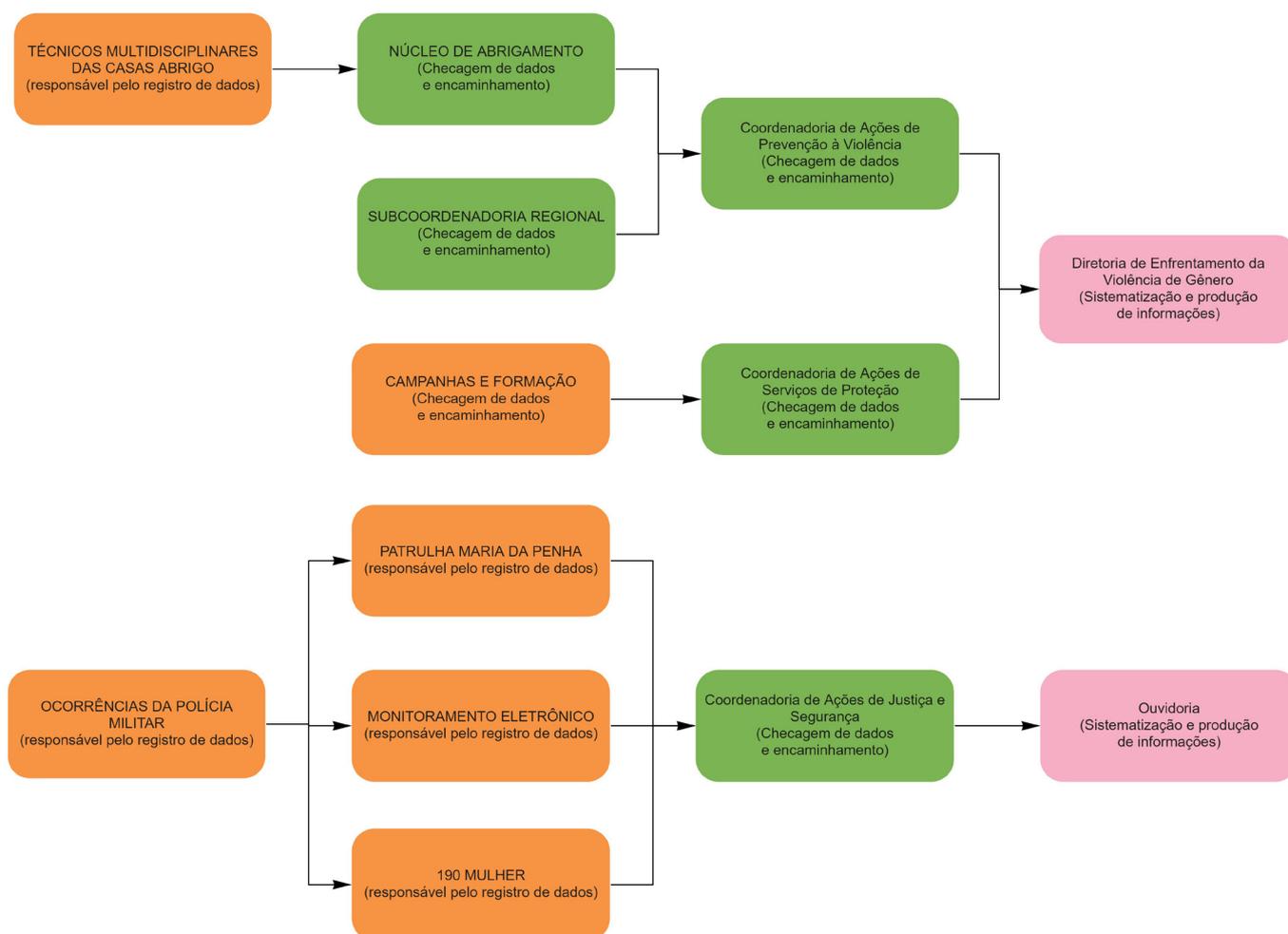
Na Coordenação Justiça e Segurança, a coordenadora é responsável por três fluxos de dados, um por meio da base do 190 Mulher, outro pelo Monitoramento e o terceiro pela Patrulha Maria da Penha. No 190 Mulher, a assistente social mantém uma base com todos os cadastros e uma outra base, que é enviada à Ouvidoria, com dados consolidados que contém o quantitativo de mulheres e os municípios atendidos no mês. O Monitoramento Eletrônico tem os cadastros das mulheres

beneficiárias alimentados por uma assessora, que levanta dados a partir de uma pasta com a documentação física, cujas informações são digitadas e repassadas para a base. O atendimento à mulher e a ficha de cadastro qualquer pessoa habilitada para o atendimento pode preencher. Na Patrulha Maria da Penha, os dados são recebidos diretamente da Polícia Militar e uma técnica, que oferece suporte à Patrulha, junto com a coordenadora, acompanham o que foi preenchido, o resultado das visitas recebidas, municípios atendidos e encaminhamentos necessários.

De forma geral, os dados da SecMulher são referentes às mulheres judicializadas, provenientes da Justiça ou Polícias, e não possuem dados da Saúde. Apenas no 190 Mulher as mulheres podem também ser encaminhadas para a rede de serviços como um todo (Centros de Referência, coordenadorias da mulher, entre outros).

A produção e gestão da informação na SecMulher segue o seguinte fluxo:

Imagem 12. Fluxograma de Informação na SecMulher



Legenda:

- Supervisão de dados
- Registro de dados
- Sistematização e análise de dados

D. Tecnologia Disponível

A Secretaria já possuiu um sistema em Access, entretanto com poucos recursos só foi entregue o primeiro módulo. A ideia era poder cruzar informações com o mínimo de informação possível, mas há muitos erros e falhas para manipulá-lo. Havia uma parceria com a equipe de TI do estado, mas atualmente o sistema não é muito funcional, não é possível inserir nada, nem novos usuários para trabalhar com as informações. Para ser útil precisaria atualizá-lo.

Assim, toda a informação produzida hoje está em planilhas Excel.

- Não existe sistema disponível para registro e sistematização da informação.

E. Diagnóstico da Informação Disponível

A SecMulher possui uma boa estrutura de dados por programa, apesar do pouco recurso interno disponível para esse fim. Com uma equipe pequena e com pouca qualificação para gerenciar os bancos de dados existentes, mesmo assim há uma série histórica de dados desde 2014 e bastante registro de informações para cada mulher que passou por esses programas.

A dificuldade de trabalhar com esses bancos é que eles não conversam e, assim, não é possível analisar se uma mesma mulher está inserida nos diferentes bancos disponíveis na secretaria. Portanto, uma análise rápida desses bancos voltadas para entender a quantidade de mulheres vitimadas poderia gerar duplicação de casos de violência.

Outro problema é a não existência de bairros de moradias dessas mulheres, portanto, a análise possível é apenas de município, uma unidade muito ampla para pensar em prevenção à violência.

F. Como esta Secretaria agregará no Observatório

A Secretaria possui um amplo acompanhamento de mulheres vítimas de violência, assim como também possui cadastro de todos os serviços de proteção disponíveis. Portanto existe informações de um público específico exposto a violência, que são mulheres e que são bastante importantes para estarem presentes em um Observatório de Prevenção. Esses dados também permitem análises mais robustas sobre os serviços ofertados para as mulheres e o impacto disso na prevenção à violência.

Caminhos possíveis para construção do Observatório

O objetivo do presente documento é apresentar um diagnóstico sobre os dados produzidos por diferentes secretarias estaduais, de forma a possibilitar que os gestores enxerguem um cardápio de dados que podem ser acessados para elaboração de um Observatório de Prevenção e quais desafios estão colocados para conseguir implementar o Observatório.

No presente trabalho foram mapeados inúmeras planilhas e sistemas produzidos pelas diferentes secretarias, como pode ser visto pela tabela a seguir:

Tabela 1. Quantidade de Planilhas e Sistemas Mapeados

	Qnt Planilhas	Qnt Sistemas
SECRETARIA ESTADUAL DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS - SPVD	15	0
SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA SOCIAL - SDS	10	1
SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SJDH	1	1
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE - SEE	0	3
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES	0	4
SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE - SDSCJ	1	4
SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER - SECMULHER	7	0

Cada uma das secretarias analisadas apresenta uma realidade quanto a maturidade dos dados, a existência ou não de um sistema adequado para manipular os dados e produzir informações e também sobre a possibilidade de integração das informações por bairro.

Para facilitar a visualização da maturidade de cada secretaria, foi dada uma nota de 0 a 5 para cada um dos itens destacados, assim, é possível visualizar o desafio de integração de dados existente. A tabela a seguir apresenta essa avaliação e é possível destacar que a integração da informação por bairros ainda será um grande desafio a ser enfrentado na elaboração do Observatório.

Tabela 2. Avaliação quanto a produção de dados das secretarias mapeadas

	Maturidade Dados	Sistema Disponível	Dados Integrados - por bairro
SECRETARIA ESTADUAL DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ÀS DROGAS - SPVD	2	0	0
SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA SOCIAL - SDS	4	4	3
SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SJDH	2	2	0
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE - SEE	4	4	2
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES	4	4	1
SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE - SDSCJ	3	3	1
SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER - SECMULHER	3	0	1

Parte-se do princípio que as características ideais para um bom sistema são: ser orientado ao objeto final; ser contextualizado por diferentes estatísticas e séries temporais; ter continuidade e atualização constante; ser confiável; ter flexibilidade para incorporar problemas conjunturais; garantir uniformidade de conceito e definições padrões; garantir a segurança das informações confidenciais e a publicidade das não confidenciais. E esses critérios foram utilizados no momento de dar uma nota para cada secretaria.

Na prática, os dados geralmente são quase sempre compilados de bases que foram projetadas para finalidades administrativas e poucas vezes com finalidades especificamente de pesquisa. Por isso, em todos os bancos apresentados, será necessário explicitar o motivo de sua criação e prestar atenção nas possíveis distorções que podem ocorrer ao analisar esses dados.

É natural que cada instituição procure reunir apenas aquelas informações importantes para a consecução de suas finalidades institucionais, do dia-a-dia. Bases são incompletas, inadequadas muitas vezes para responder às questões teóricas colocadas e

cuja qualidade vai decrescendo à medida que as variáveis se afastem dos interesses imediatos de cada instituição.

Para além disso, essas bases não apresentam todas as informações necessárias para a avaliação de políticas públicas de prevenção. Em função disso, é preciso pensar criativamente na utilização de outras possíveis fontes de dados para complementar ou checar as informações fornecidas por outras bases de dados.

Vale destacar que para além das informações produzidas pelas diferentes secretarias apresentadas, uma fonte bastante importante para complementar as bases apontadas talvez seja o censo populacional nacional. Informações como a composição etária e racial da população, as taxas de urbanização, de desemprego, de migração, os indicadores de desigualdade na distribuição de renda, as taxas de evasão escolar ou a composição das famílias, entre outros fatores, são cruciais para a interpretação precisa do significado das estatísticas criminais.

Outro dado que precisa ser melhor trabalhado é sobre o território. Um ponto bastante discutido na literatura sobre prevenção diz respeito à concentração espacial do crime e da violência, determinada por características sociodemográficas, econômicas e históricas de cada local.

Pernambuco é um estado com uma população estimada em 2020 pelo IBGE de quase 9 milhões de pessoas, ocupando o posto de sétimo estado mais populoso do Brasil. O maior aglomerado urbano do estado é a capital, Recife e mais 14 municípios que compõem a região metropolitana com quase 4 milhões de habitantes, a mais populosa do Norte-Nordeste. O estado é composto por 185 municípios, sendo que apenas 14 deles têm população maior que 100 mil habitantes.

Portanto, para além de saber qual território tem maior concentração de homicídios e roubos, entender melhor qual a infraestrutura socioeconômica de cada bairro ou município, assim como quais são os equipamentos estaduais instalados e quais são os programas que ocorrem em cada um pode auxiliar a entender qual território precisa ser priorizado por uma política voltada à prevenção.

Assim, para os tomadores de decisão e implementadores de políticas, os dados são importantes para planejamento mais efetivo das ações e distribuição dos recursos. Além disso, conseguir mapear qual órgão está produzindo determinada informação também pode auxiliar a eliminar trabalho redundante e aumentar a qualidade da informação.

Outra lógica envolvida na utilização desses dados é pontuar que, se não é exequível cobrar a solução imediata de resultados quando estamos diante de problemas sociais complexos, como a violência e a criminalidade, é possível ao menos averiguar que passos estão sendo dados, e em que velocidade, para a solução do problema.

Diante desses apontamentos, espera-se que todo esse mapeamento de base de dados, sistemas e fluxo de produção da informação em cada secretaria estadual aqui apresentado sirva de base para a construção do Observatório Estadual de Prevenção Social ao Crime e à Violência.



A Cooperação Pernambuco foi desenvolvida pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-Habitat, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o Instituto Igarapé. Trata-se de esforço conjunto para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional dos crimes e das violências, assim como de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia. Seu objetivo é propor soluções e parcerias para desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, comunicação e influência em políticas públicas. O Instituto trabalha com governos, setor privado e sociedade civil para desenhar soluções baseadas em dados. Fomos premiados como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018 e melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br

Layout

Anatália Jacuru



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

UNODC
Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Parceiro Implementador



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

